MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro-SP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Campinas/SP

Março/2017

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro-SP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e de acordo com as disposições do art. 16 da Lei Nº 8.443/1992. O relatório foi elaborado conforme as orientações da Portaria-TCU Nº 59, de 17 de janeiro de 2017, que dispõe sobre as orientações para a elaboração do relatório de gestão, rol de responsáveis, demais relatórios, pareceres, declarações e informações suplementares para a prestação de contas referentes ao exercício, bem como sobre procedimentos para a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, conforme as disposições da DN-TCU no. 154, de 19 de outubro de 2016, que dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão e informações suplementares referentes à prestação de contas do exercício, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010, que estabelece regras gerais para a organização e a apresentação da prestação de contas pela administração pública federal a partir de 2010.

Campinas-SP, 31/03/2017

Lista de Abreviaturas e Siglas

		Lista de Abreviaturas e Siglas
A3P	-	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABIEC	-	Associação brasileira dos Exportadores de Carnes
ABNT NBR	-	Norma Brasileira Associação Brasileira de Normas Técnicas ISO/IEC 17025
ABPA	-	Associação Brasileira de Proteína Animal
ADM	-	Unidade de Apoio Administrativo
AFFA	-	Auditor Fiscal Federal Agropecuário
AGU/SP	-	Advocacia Geral da União
ALA	-	Unidade de Análise Físico-química de Alimentos para Animais
ASI	-	Sistema informatizado do almoxarifado
ANSES	-	Agence nationale de sécurité sanitaire de l'alimentation, de l'environnement et du travail
AVCB	-	Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros
AVI	-	Laboratório de Sanidade Aviária
BEB	-	Laboratório de Análises Físico-químicas de Bebidas e Vinagres
BioGib	-	Grupo iberoamericano de expertos en bioseguridad y biocontención para laboratorios de alto riesgo biológico
BIT	-	Unidade Biotério
BRI	-	Comissão de Brigada de Incêndio
CAC	-	Coordenação de Auditoria e Credenciamento
CAD	-	Comitê de Assessoramento à Alta Direção
CAMS	-	Comissão de Avaliação de Solicitação, Aquisição e Recebimento de Material e Serviços
CBS	-	Comissão de Biossegurança
CCOM	-	Comissão de Comunicação
CCONT/MAPA	-	Coordenação Geral de Contabilidade
CENA	-	Centro de Energia Nuclear na Agricultura
CETESB	-	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
CEPLAC	-	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira
CEUA	-	Comissão de Ética no Uso de Animais
CGAL	-	Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGC	-	Coordenadoria Geral de Contabilidade
CGE	-	Comissão de Gestão Estratégica
CG-ORG-01	-	Cromatógrafo Gasoso
CGPAD/SE	-	Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares
CGPE	-	Coordenação Geral de Programas Especiais – DIPOA
CGSG	-	Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais
CGTI	-	Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	-	Coordenadoria Geral da União
CGU-PAD	-	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIPAC	-	Collaborative International Pesticides Analytical Council
Ciec	-	Centro Científico Internacional de Fertilizantes
CIEE	-	Centro de Integração Empresa Escola
	-	

(continua)

(continuação)		Lista de Abreviaturas e Siglas
CJU-SP	-	Consultoria Jurídica no Estado de São Paulo
CNAE	-	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	-	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPSA	-	Centro nacional de Pesquisa de Suínos e Aves
COESA	-	Congresso de Educação em Saúde da Amazônia
CONCONFCOM	-	Consulta conformidade contábil
COI	-	Laboratório de Contaminantes Orgânicos
COORD	-	Coordenação do Lanagro-SP
CPG	-	Coordenação de Planejamento e Gestão Laboratorial
CPV	-	Coordenação de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
CRC	-	Coordenação de Resíduos e Contaminantes
CTEC	-	Coordenação Técnica
CVR	-	Laboratório de Controle de Vacinas Antirrábicas
DAD	-	Divisão de Apoio Administrativo
DES	-	Dietilestilbestrol
DFIA	-	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DFIP	-	Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários
DLAB	-	Divisão Técnica Laboratorial
DIPOA	-	Decisão Normativa
DIPOV	-	Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais
DN	-	Decisão Normativa
DOU	-	Diário Oficial da União
DPVAT	-	Seguro para Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
DSA	-	Departamento de Sanidade Animal
DSV	-	Departamento de Sanidade Vegetal
EBC	-	Empresa Brasil de Comunicação
EDQM	-	European Directorate for the Quality of Medicines & Health Care
ELISA	-	Ensaio imunoenzimático
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EQC	-	Estação Quarentenária de Cananéia-SP
EURL-CEFAO	-	European Union Reference Laboratory for Chemical Elements in Food of Animal Origin
FACTI	-	Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia da Informação
FET	-	Unidade de Análises Físico-químicas de Fertilizantes e Corretivos
FFA	-	Fiscal Federal Agropecuário
FIOCRUZ	-	Fundação Oswaldo Cruz
FORM	-	Formulário
FQA	-	Laboratório de Físico-Química de Alimentos e Água
FSIS	-	Food Safety and Inspection Service
FUNED	-	Fundação Ezequiel Dias
HCl	-	Àcido clorídrico
HPLC	-	Cromatografía de líquidos de alta resolucão

(continua)

(continuação)		Lista de Abreviaturas e Siglas
IAC	-	Instituto Agronômico de Campinas
IAEA	-	The International Atomic Energy Agency
IEC	-	International Electrotechnical Commission
IMA	-	Informática de Municípios Associadas
IN	-	Instrução Normativa
INF	-	Unidade de Informática
INMET	-	Instituto Nacional de Meteorologia
INMETRO	-	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPEN	-	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
ISO	-	International Standards Organization
IT	-	Instrução de Trabalho
IU	-	Instruções de uso
ITAL	-	Instituto de Tecnologia de Alimentos
LIMS	-	Laboratory Information Management System
LAFAB	-	Laboratório de Febre Aftosa de Barretos-SP
LARA	-	Laboratório Regional de Apoio Animal
LAPRO	-	Laboratório de Produtos de Origem Animal de São Paulo-SP
LARV	-	Laboratório Regional de Apoio Vegetal de Jundiaí-SP
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
Lanagro	-	Laboratório Nacional Agropecuário
MAG	-	Unidade de Microbiologia Agrícola
MAN	-	Unidade de Manutenção
MAPA	-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	-	Ministério da Ciência e Tecnologia
MET	-	Método de uso
Mg (NO3)2	-	Nitrato de Magnésio
MIC	-	Laboratório de Microbiologia em Alimentos e Água
MPOG	-	Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MVA	-	Laboratório de Medicamentos Veterinários e Agrotóxicos
NBC	-	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBR	-	Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas
NC	-	Não conformidade
NIH	-	National Institutes of Health
NIRS	-	Espectroscopia Infravermelho próximo
NVLS/USDA	-	Sigla em Inglês do Serviço Veterinário Nacional do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América
OCI	-	Órgão de Controle Interno
OFSS	-	Orçamento Fiscal e de Seguridade Social
OIE	-	Organização Mundial de Saúde Animal
ORG	-	Unidade de Contaminantes Orgânicos
PAD	-	Sistema de registro das informações referentes ao processo administrativo
PAEC	-	Plano de Educação Continuada
PANAFTOSA	-	Centro Panamericano de Febre Aftosa
PCB	-	Bifenilos policlorados
PDTI	-	Plano Diretor de Tecnologia da Informação

(continua)

(continuação)		Lista de Abreviaturas e Siglas
PMH	-	Unidade de Produção de Meios de Cultura e Histocultura
PMS	-	Produção de Meios de Cultura e Soluções
PNCRC	-	Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNSA	-	Programa Nacional de Sanidade Avícola
POA	-	Unidade de Análise Físico-química de Alimentos de Origem Animal e Água
POP	-	Procedimento operacional padrão
PPP	-	Plano de Providências Permanente
PPA	-	Plano Plurianual do Governo
PVS	-	Performance of Veterinary Service)
RDV	-	Laboratório de Resíduos de Drogas Veterinárias
REC	-	Recepção de Amostras – Campinas/SP
RECj	-	Recepção de Amostras SLAV Jundiaí – Jundiaí/SP
REMESP	-	Rede metrológica do estado de São Paulo
RESUDIA	-	Rede Sulamericana de Diagnóstico de Influenza Aviária
RILAA	-	Red Interamericana de Laboratorios de Análisis de Alimentos
ROA	-	Requisição Oficial de Análise
SAG	-	Seção de Atividades Gerais
SANASA	-	Serviço de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura da Argentina
SAP	-	Seção de Almoxarifado e Patrimônio
SBIOS	-	Seção de Gestão de Biossegurança Laboratorial
SCDP		Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCVA	-	Sistema informatizado para controle de veículos
SDA	-	Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA
SE	-	Secretaria Executiva
SEC	-	Serviço de Compras
SEI	-	Sistema Eletrônico de Informações
SEOF	-	Serviço de Execução Orçamentária e Financeira
SFA	-	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGC	-	Seção de Gestão de Contratos
SGP	-	Seção de Gestão de Pessoas
SGQ	-	Sistema de Gestão da Qualidade
SISLAB	-	Sistema de Gestão Laboratorial
SGQ	-	Sistema de Gestão da Qualidade
SLI	-	Seção de Licitações
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	-	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	-	Serviço de Informações ao Cidadão
SICAF	-	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIF	-	Serviço de Inspeção Federal
SINDAN	-	Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Animais
SINDIRAÇÕES	-	Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
SIORG	-	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISP	-	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SLAV	-	Seção Laboratorial Avançada
SNAD	-	Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária

(continua)

(continuação)		Lista de Abreviaturas e Siglas
SPOA	-	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU/SP	-	Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo
SRI	-	Secretaria de Relações Internacionais
SPIUNET	-	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SSA	-	Serviço de Saúde Animal
SSO	-	Serviço de Suporte Operacional da CGAL
SSG	-	Serviço de Suporte à Gestão
SUASA	-	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
TECPAR	-	Instituto de Tecnologia do Paraná
SWOT	-	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TCU	-	Tribunal de Contas da União
TI	-	Tecnologia da Informação
TRA	-	Termo de rejeição de amostra
UFABC	-	Universidade Federal do ABC
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UGQ	-	Unidade de Gestão da Qualidade
UJ	-	Unidade Jurisdicionada
UNESP	-	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	-	Universidade Estadual de Campinas- SP
UPC	-	Unidade prestadora de contas
UORG	-	Unidade organizacional do SIAPE
USP	-	Universidade de São Paulo
UO	-	Unidade Orçamentária
VIGIAGRO	-	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional do MAPA

Lista de Quadros

Quadro 1.5.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas 17
Quadro 1.5.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (continuação) 18
Quadro 1.5.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (continuação) 19
Quadro 1.6.1 – Macroprocessos Finalístico 20
Quadro 2.1.1 – Relacionamento entre competências regimentais e objetivos estratégicos 22
Quadro 2.2.1.1 – Ação 152L – OFSS 27
Quadro 2.2.1.2 – Ação 214X – OFSS 27
Quadro 2.2.1.3– Ação 214Y – OFSS 28
Quadro 2.2.1.4– Ação 214W – OFSS 28
Quadro 2.2.1.5– Ação do Orçamento de Investimento - 2000 29
Quadro 2.2.1.6– Ação 20ZW 29
Quadro 2.2.1.7– Ações do Orçamento de Investimento -20ZX 30
Quadro 2.2.1.8– Ações do Orçamento de Investimento-20ZV 30
Quadro 2.2.1.9– Ações do Orçamento de Investimento -2132 31
Quadro 2.2.1.10– Ações do Orçamento de Investimento -8658 31
Quadro 2.2.1.11– Ações do Orçamento de Investimento -4746 31
Quadro 2.2.1.12– Ação-152L 32
Quadro 2.2.1.13– Ação-214W 32
Quadro 2.2.4.1 – Despesas por modalidade de contratação 34
Quadro 2.2.4.2– Despesas por grupo e elemento de despesa 36
Quadro 2.2.4.3 – Concessão de suprimento de fundos 37
Quadro 2.2.4.4 – Utilização de suprimento de fundos 37
Quadro 2.2.4.5 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência 38
Quadro 2.3.1– Ensaios realizados e amostras recebidas, rejeitadas e analisadas no Lanagro-SP em 2016, por processo finalístico. 39
Quadro 2.4.1– Indicadores Estratégicos da Rede Lanagro 44
Quadro 4.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC 51
Quadro 4.1.1.2– Distribuição da Lotação Efetiva 51
Quadro 4.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC 52
Quadro 4.1.1.5 – Distribuição por nível de escolaridade dos servidores lotados na UPC 53
Quadro 4.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade 55
Quadro 7.5.1 - Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012 71

Lista de Figuras

Figura 1.4.1 – Análise SWOT da rede Lanagro 15
Figura 1.5.1 – Organograma do Lanagro-SP 16
Figura 2.1.1 – Mapa estratégico da CGAL e Lanagros 21
Figura 2.3.1 - Evolução histórica da relação do número de ensaios realizados por amostras recebidas no Lanagro-SP (2006-2016). 40
Figura 2.3.2 - Evolução histórica do indicador de eficiência por amostra (2006-2016) 41
Figura 2.3.3 - Evolução histórica do indicador de eficiência por ensaio (2006-2016) 41
Figura 2.4.1 – Índice geral de qualidade do Lanagro-SP (2014 a 2016). 46
Figura 2.4.2 - Resultados dos indicadores da qualidade para as unidades de apoio (primeiro semestre de 2016). 46
Figura 2.4.3 - Resultados dos indicadores da qualidade para as unidades técnicas (primeiro semestre de 2016). 47

Lista de Anexos

Anexo G. Demonstrações Contábeis **72**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 10
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE 12
1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade 12
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade 12
1.3 Breve histórico da entidade 12
1.4 Ambiente de atuação 13
1.5 Organograma 15
1.6 Macroprocessos finalísticos 20
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS 21
2.1 Planejamento Organizacional 21
a) Plano estratégico 21
b) Plano Tático 22
c) Plano Operacional 23
d) Vinculação ao PPA 24
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício 24
2.1.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos 26
2.2 Desempenho orçamentário 26
2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade 26
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário 32
2.2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos 34
2.2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas 34
2.2.4 Informações sobre a execução das despesas 34
2.3 Desempenho operacional 38
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho 43
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 48
3.1 Descrição das estruturas de governança 48
3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos 49
3.3 Gestão de riscos e controles internos 49
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 51
4.1 Gestão de Pessoas 51
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade 51
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal 53
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal 54
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários 54
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura 56
4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 56
4.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros 57
4.3. Gestão da Tecnologia da Informação 57
a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional 57
b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas. 57
c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período. 58
d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários. 58
e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado. 59
f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão. 59
g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade. 60
4.3.1. Principais sistemas de informações 61
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 62
5.1 Canais de acesso do cidadão 62
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão 62

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários *62*
5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dos cidadãos usuários *63*
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS *64*
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos *64*
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade *64*
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas *64*
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE *66*
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU *66*
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno *66*
7.3 Medidas administrativas adotadas em caso de dano ao erário *70*
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no artigo 5o da Lei 8.666/1993 *70*
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento *70*

APRESENTAÇÃO

Neste relatório o Lanagro-SP apresenta a gestão do exercício de 2016, como Unidade Jurisdicionada Individual, conforme classificação definida no anexo I da Decisão Normativa TCU Nº 154, de 19 de outubro de 2016. Mais especificamente, a estrutura deste Relatório segue as orientações, quanto ao preenchimento dos conteúdos, da Portaria TCU Nº 59, de 17 de janeiro de 2017, além das orientações disponibilizadas no sistema e-contas no portal do TCU.

O Lanagro-SP é um dos seis laboratórios da rede oficial do MAPA. Possui 11 unidades analíticas, sendo oito na base física de Campinas e três em Jundiaí (uma em implantação), que atendem às seguintes áreas: microbiologia e físico-química de alimentos de origem animal e alimentos para animais, microbiologia e físico-química de bebidas e vinagres, diagnóstico animal, medicamentos veterinários, agrotóxicos, produtos biológicos, fertilizantes, corretivos e substratos agrícolas e resíduos e contaminantes em alimentos de origem animal.

Em 2016, ocorreu a fusão das unidades POA (Unidade de Análise Físico-química de Alimentos de Origem Animal e Água) e ALA (Unidade de Análise Físico-química de Alimentos para Animais) com o intuito de otimizar a utilização de equipamentos e recursos humanos e materiais. Sendo assim, foi criada a unidade FQA (Laboratório de Físico-Química de Alimentos e Água).

No período em tela o Lanagro-SP recebeu 8.264 amostras, das quais 7.334 foram analisadas, 549 foram descartadas e 381 não foram finalizadas no exercício. Ao todo, foram realizados 108.907 ensaios.

Em 2016, foram realizadas nove auditorias externas em laboratórios credenciados para atendimento à CGAL, com a participação de 11 técnicos do Lanagro-SP.

As principais adversidades enfrentadas no exercício de 2016 foram as seguintes:

- ✓ Recursos orçamentários insuficientes para capacitação de pessoal, mesmo para eventos aprovados no PAEC;
- ✓ Ausência de sistema informatizado para aquisições e acompanhamento dos pedidos de compras;
- ✓ Interrupção do projeto de concessão de bolsas via CNPq, prejudicando os projetos relativos a validação de novos métodos;
- ✓ Evasão de servidores administrativos devido aos baixos salários;
- ✓ Desmotivação e evasão de auxiliares de laboratório devido a qualificação dos mesmos estar muito acima do exigido;
- ✓ Paralisação de atividades por falta de insumos em função de restrições orçamentárias;
- ✓ Dificuldade de acompanhamento sistematizado dos gastos realizados em comparação com o planejamento orçamentário.

Os principais riscos identificados foram:

- ✓ Falta de insumos em função das restrições orçamentárias com consequente paralisação de atividades e prejuízos às ações de defesa sanitária;
- ✓ Agravamento da carência de pessoal devido à evasão de servidores desmotivados por baixos salários, especialmente agentes administrativos;
- ✓ Interrupção de atividades devido à falta de auxiliares de laboratório;
- ✓ Ineficiência no gasto com investimentos em infraestrutura devido à ausência de planejamento a longo prazo;
- ✓ Suspensão de acreditação junto ao INMETRO devido à ausência de alvará junto às Prefeituras de Jundiaí e Campinas.

As principais estratégias adotadas para enfrentar os riscos e adversidades foram as seguintes:

- ✓ Promoção de capacitações internas a baixo custo, como repasses de treinamentos, por exemplo, e capacitações com apoio de colegas da rede Lanagro;

- ✓ Encaminhamento de solicitação à CGTI para desenvolvimento de sistema informatizado para realização de aquisições ou solicitar sistema já em uso por outros órgãos públicos;
- ✓ Subsidiar a CGAL de informações técnicas a fim de realizar gestões para manutenção do projeto de concessão de bolsas, com ou sem recurso advindo do MCT;
- ✓ Gestões para valorização das carreiras administrativas ou para obtenção de gratificações específicas;
- ✓ Gestões para realização de novo concurso público para diversos cargos, incluindo auxiliar de laboratório;
- ✓ Cobrar das autoridades competentes um planejamento integrado na rede laboratorial para investimentos em infraestrutura a longo prazo, em consonância com as demandas atuais e futuras;
- ✓ Colocar em funcionamento planilha de acompanhamento de gasto;
- ✓ Subsidiar a CGAL de informações para que faça as devidas gestões junto ao INMETRO no sentido de dispensar a exigência de apresentação de alvará de funcionamento para órgãos públicos.

As principais mudanças ocorridas no órgão em 2016 foram:

- ✓ Realização da primeira Reunião de Análise Estratégica dos Lanagros;
- ✓ Elaboração de planilha apropriada para acompanhamento mensal da execução financeira;
- ✓ Início da implantação do sistema LIMS para gestão informatizada dos laboratórios;
- ✓ Conclusão das seguintes obras: ampliação do estacionamento, construção de nova estrutura para Recepção de Amostras, ampliação da Portaria e Refeitório e reforma para adequação da Unidade de Microbiologia Agrícola (esta última na SLAV/Jundiaí)
- ✓ Publicação pelo INMETRO da acreditação da SLAV/Jundiaí;
- ✓ Adequação das rotinas à implementação do sistema SEI;
- ✓ Adesão ao contrato da CGTI para prestação de serviços de TI;
- ✓ Início das análises de conformidade em agrotóxicos;
- ✓ Reconhecimento como laboratório de referência da OIE para o diagnóstico da doença de Newcastle e influenza aviária;
- ✓ Implantação do sistema Sapiens para envio e recebimento eletrônicos de processos à CJU-SP, trazendo importante economia de tempo e recursos financeiros (redução de gastos com combustível e hora de trabalho do motorista).

Concluindo: permanece a preocupação quanto ao impacto das restrições orçamentárias às atividades laboratoriais de rotina e quanto à falta de planejamento a longo prazo. Faz-se necessária uma interação maior com os departamentos da SDA a fim de se obter informações mais precisas sobre as demandas atuais e futuras. Permanece a preocupação quanto à necessidade de um plano de carreira atrativo para os servidores administrativos (vide processo SEI n° 21000.009555/2017-43). Faz-se necessário rediscutir o papel dos Lanagros e dos laboratórios credenciados, incluindo a redistribuição de atividades na rede, a fim de aumentar sua eficiência. Faz-se necessário estudo aprofundado quanto à possibilidade de redução de contratos envolvendo terceirização de mão-de-obra no âmbito do Lanagro-SP.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas, Lanagro-SP, é um dos seis laboratórios oficiais da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários. Tais laboratórios são unidades descentralizadas da SDA/MAPA e subordinados à CGAL/SDA/MAPA. Aos Lanagros compete promover o suporte laboratorial aos programas de competência da SDA, contribuindo para as ações de garantia da segurança alimentar dos consumidores (nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal), de garantia da qualidade de insumos agropecuários e de promoção da sanidade animal e vegetal. Para tanto, cabe aos Lanagros, entre outras atividades: realizar análises laboratoriais fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico; realizar estudos científicos, especialmente voltados ao desenvolvimento e atualização de métodos; produzir e manter materiais de referência; garantir a implantação e implementação do sistema da garantia da qualidade e da gestão integrada de biossegurança em laboratórios.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade

O atual Lanagro-SP originou-se do Laboratório Regional de Apoio Animal (LARA), previsto no item 2.4 do artigo 2º da Portaria Nº 241, de 10/03/1978 (regimento interno da então SNAD, atual SDA). Os LARAs faziam parte da estrutura da SNAD, sendo em número de seis, o que se mantém atualmente. Seus locais de sede e jurisdição foram definidos através da Portaria Nº 904, de 29 de setembro de 1978.

Uma Portaria da SDA datada de 17/02/1995 estabeleceu que os LARAs passassem a ser unidades gestoras (código 130.102).

O Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006, que organizou o SUASA, definiu em seu artigo Nº 42 os Lanagros como laboratórios oficiais do MAPA e que, juntamente com os laboratórios credenciados, constituem a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do SUASA.

O Decreto Nº 8.852/2016, que define a estrutura regimental do MAPA, estabeleceu no parágrafo 2º do artigo Nº 18 do Anexo I, que compete à SDA coordenar a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e definiu em seu Anexo II a distribuição dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do MAPA, incluindo os seis Lanagros.

O atual Regimento Interno dos Lanagros foi definido pela Portaria MAPA nº 99, de 12 de maio de 2016.

1.3 Breve histórico da entidade

O Lanagro-SP foi inaugurado em 1979 com o nome de LARA, e iniciou suas atividades absorvendo as demandas do laboratório LAFAB, de Barretos-SP, especialmente no tocante aos temas afetos à febre aftosa. Em 1981, absorveu as atividades do laboratório LAPRO, de São Paulo/SP, ampliando suas atividades para outras áreas de defesa e inspeção sanitária animal.

Entre 1982 e 1998, a partir de Convênio firmado com o PANAFTOSA, o então LARA-SP atuou na produção de vacinas contra febre aftosa, as quais eram distribuídas para uso em todo o território nacional até que a tecnologia de produção de vacina oleosa foi repassada aos laboratórios privados.

Ao longo dos anos, novas atividades foram implantadas, destacando-se o controle microbiológico e físico-químico em alimentos (incluindo a determinação de resíduos e contaminantes) e o controle de vacinas contra a raiva (década de 80), o controle de vacinas aviárias e

o diagnóstico e caracterização de vírus hemaglutinantes em aves (década de 90), e, mais recentemente, a implantação do laboratório de biologia molecular (2008) e o controle de qualidade de medicamentos veterinários (2015) e agrotóxicos (2016)

O nome "Lanagro" surgiu com a reestruturação do MAPA decretada em 2005, quando os laboratórios da área animal e da área vegetal se uniram. Da união do LARA de Campinas com o LARV de Jundiaí surgiu o Lanagro-SP. Na ocasião o SLAV-PR também foi absorvido pelo Lanagro-SP, porém este laboratório foi desativado em dezembro/2013, sendo suas atividades absorvidas pelo Lanagro-RS e pela SLAV/Jundiaí.

No período de 2008 a 2011 o Lanagro-SP participou de um projeto de cooperação com o laboratório de referência mundial NVSL (Ames, Iowa, EUA), como parte do programa "Twinning", patrocinado pela OIE, permitindo capacitação de vários técnicos da Unidade de Sanidade Aviária nos EUA, além da aquisição e produção de materiais de referência e validação de métodos.

Em 2008, o Lanagro-SP passou a contar com a colaboração de bolsistas do CNPq como fruto de um projeto entre o MAPA e o MCT, permitindo a ampliação da capacidade técnico-científica, especialmente quanto à validação de métodos. O projeto contemplou inicialmente a área de resíduos e contaminantes e, a partir de 2013, foi ampliado para outras áreas de atuação. Em 2015 foi descontinuado devido às restrições orçamentárias.

Na busca constante pela excelência, o Lanagro-SP obteve, em 2009, sua primeira acreditação junto ao INMETRO na norma ISO 17.025 e desde então vem ampliando gradativamente o escopo acreditado, incluindo laboratórios da SLAV/Jundiaí (2016).

Em maio de 2016, a OIE reconheceu o Lanagro-SP como laboratório de referência mundial para o diagnóstico de influenza aviária e doença de Newcastle.

Atuaram como Coordenadores do Lanagro-SP: Ernani Ibirá Gonçalves (1979-1981); José Guedes Deák (1981-2005); Abrahão Buchatsky (2005-2007); Vanderlei Antunes (2007-2009); André de Oliveira Mendonça (2009 até o exercício em análise).

1.4 Ambiente de atuação

As demandas por análises são geradas pelos diversos serviços do MAPA para os quais o Lanagro-SP presta apoio laboratorial. Tais demandas são discutidas em reuniões periódicas realizadas com os mesmos, geralmente gerenciadas pela CGAL.

Desta forma, são considerados como clientes do Lanagro-SP: DFIA, DFIP, DIPOA, DIPOV, DSA e VIGIAGRO, e os respectivos serviços associados nas SFAs. O único departamento da SDA para quem o Lanagro-SP não presta serviço é o DSV.

Existe um procedimento interno definido para realização de análises críticas dos pedidos, propostas e contratos, sempre que há surgimento de novas demandas pelos clientes mencionados acima. Tais análises são submetidas à CGAL que define sobre a pertinência e prioridade no atendimento às novas demandas, bem como se serão atendidas pelo Lanagro-SP ou por algum outro Lanagro ou laboratório credenciado.

Algumas atividades são comuns a todos os Lanagros como, por exemplo, a realização de análises para atendimento ao PNCRC, análises de conformidade em bebidas e vinagres, em produtos de origem animal e em fertilizantes e corretivos agrícolas. Outras, no entanto, são realizadas exclusivamente em determinado Lanagro, como é o caso do diagnóstico confirmatório da doença de Newcastle e influenza aviária, do controle de vacinas aviárias e de vacinas antirrábicas, todos realizados apenas no Lanagro-SP.

O Lanagro-SP mantém relação de parceria com todos os demais Lanagros (RS, GO, MG, PA e PE), o que inclui intercâmbio de informações e também de amostras, materiais e insumos, além

da realização de algumas aquisições por meio de participação no Pregão por Sistema de Registro de Preços ou por adesão a Ata de Registro de Preços.

Os laboratórios credenciados são laboratórios públicos ou privados que contribuem com os Lanagros na realização de análises fiscais de interesse do MAPA. A CGAL determina que tipo de amostras podem ser encaminhadas aos laboratórios credenciados e quais ensaios são realizados exclusivamente nos Lanagros. O credenciamento de laboratórios é regulamentado pela Instrução Normativa MAPA N. 57/2013. Cabe à CAC/CGAL gerenciar o credenciamento, monitoramento, auditorias e fiscalização dos laboratórios credenciados, sendo que os técnicos lotados nos Lanagros são frequentemente convocados a participar das auditorias como especialistas técnicos e em gestão da qualidade. Além disso, cabe aos Lanagros exercer o papel de referência para essa rede credenciada, a partir da produção de materiais de referência, oferecimento de treinamentos, repasse de metodologias e organização de ensaios interlaboratoriais

Para cumprir com suas competências institucionais o Lanagro-SP possui um Sistema de Gestão da Qualidade baseado no atendimento à Norma NBR ABNT ISO/IEC 17.025, sendo que alguns ensaios foram acreditados pelo INMETRO em 2009, com ampliação de escopo em 2011, 2012 e 2014. Em 2015, houve a primeira acreditação de ensaios na SLAV/Jundiaí

O Lanagro-SP tem como política de qualidade assegurar a melhoria contínua do sistema de gestão e a excelência das atividades de suporte laboratorial a programas e ações de competência da SDA, em conformidade com a NBR ABNT ISO/IEC 17.025. Como visão de futuro, o Lanagro-SP almeja ser reconhecido como laboratório de referência em suas áreas de atuação até 2023, e estar sempre atualizado com as mais modernas técnicas e métodos.

O Lanagro-SP realiza periodicamente pesquisas de satisfação junto aos clientes, como parte dos procedimentos relacionados ao SGQ.

Além do INMETRO, o Lanagro-SP é auditado pela própria CGAL e por missões internacionais. Quanto aos órgãos de controle, é continuamente monitorado e eventualmente auditado pela CGU. A última auditoria presencial da CGU ocorreu em janeiro de 2016.

Dentre os outros órgãos e entidades com os quais o Lanagro-SP se relaciona, destacam-se: EMBRAPA (especialmente as unidades CNPSA/Concórdia-SC, Soja/Londrina-PR, Solos/Rio de Janeiro-RJ e Sudeste/São Carlos-SP), SPU/SP, CJU/SP, AGU/SP, Universidades (UNICAMP, UNESP, UFMG, USP/SP. USP/São Carlos e UFABC), INMETRO, Instituto Biológico, Instituto Butantan, Instituto Pasteur, IAC, IPEN, ITAL, Polícia Federal, Ministério Público, FIOCRUZ, REMESP, COESA/SP, IMA, CENA, TECPAR, ABNT, SINDAN, ABPA e SINDIRAÇÕES. Cabe ressaltar que o Lanagro-SP não possui qualquer convênio ou termo de cooperação firmado.

Com relação aos organismos internacionais, O Lanagro-SP mantém ações conjuntas de diferentes naturezas com as seguintes instituições: IAEA, EURL-CEFAO/Itália (Laboratório de Referência da Comunidade Européia para Contaminantes Inorgânicos), OIE, CIPAC, RESUDIA, BioGib, NVSL/USDA/EUA (Laboratório de Referência da OIE para doença de Newcastle e influenza aviária), RILAA, ANSES/França, *United States Pharmacopeia* e PANAFTOSA.

É importante destacar a participação da CGAL na identificação das fontes de recursos financeiros necessários para a aquisição de materiais de consumo (ex.: materiais, ensaios de proficiência e insumos de uso laboratorial) e de investimento (principalmente para execução de obras, reformas e aquisição de equipamentos de laboratório), imprescindíveis para o atendimento às demandas por análises laboratoriais. No caso da realização de auditorias, os recursos necessários referem-se essencialmente a pagamento de diárias e aquisição de passagens aéreas, quando aplicável.

A figura 1.4.1, a seguir, detalha a análise SWOT realizada em conjunto pelos Lanagros e CGAL, considerados como principais atores “parceiros” do Lanagro-SP.

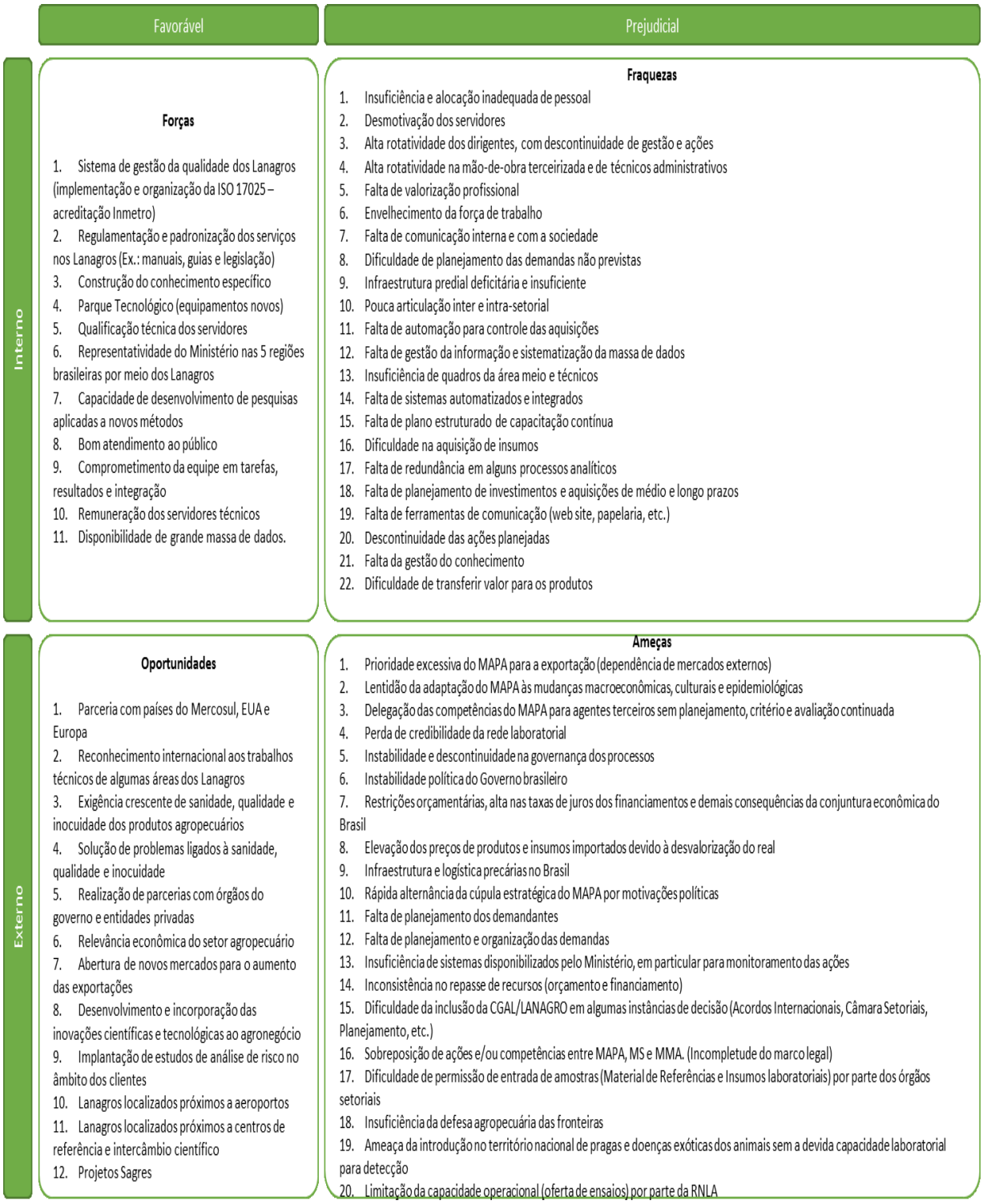
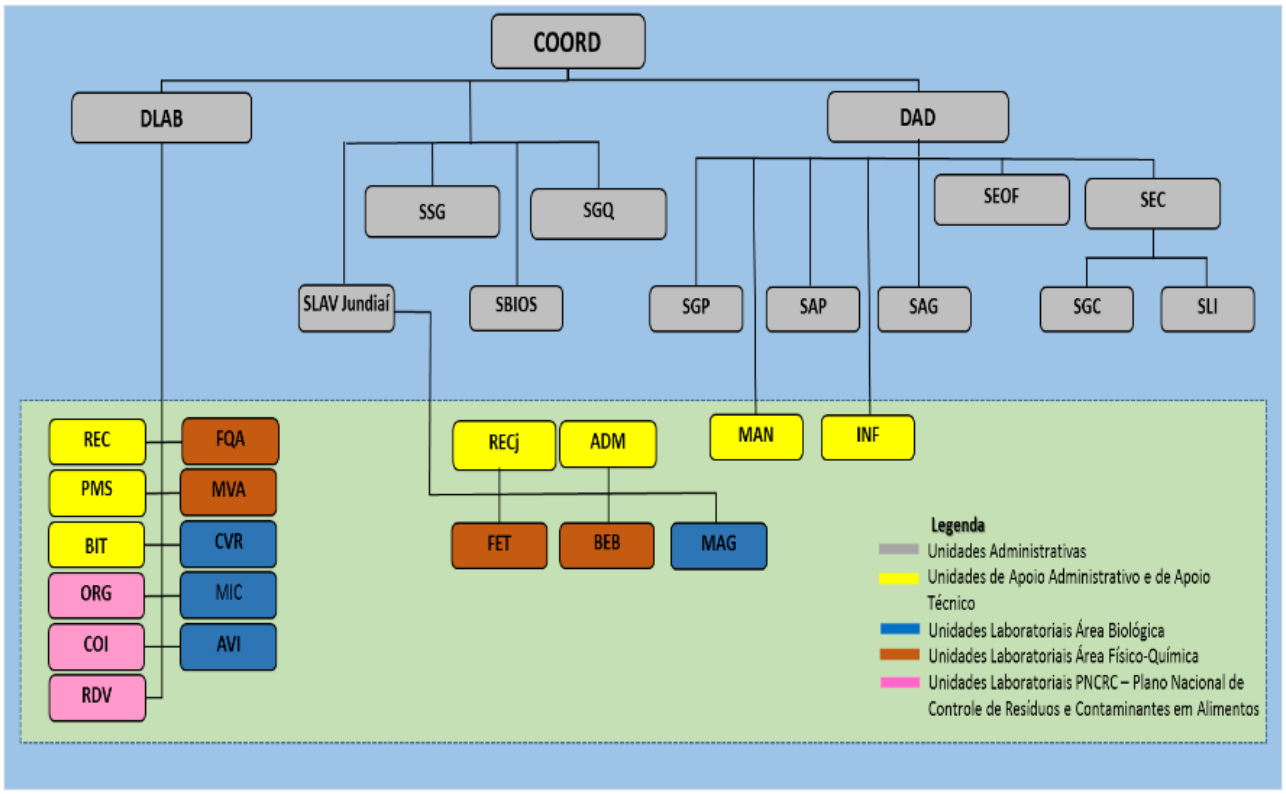


Figura 1.4.1 – Análise SWOT da rede Lanagro

1.5 Organograma

A figura 1.5.1, a seguir, ilustra a estrutura organizacional interna do Lanagro-SP após a publicação do novo regimento interno, oficializado pela portaria Nº 99 de 12 de maio de 2016, publicada no DOU de 13/05/2016 (nº 91, Seção 1, pág. 11). Cabe ressaltar que as unidades não contempladas no regimento interno foram definidas em Portarias assinadas pelo Coordenador do Lanagro-SP e publicadas no Boletim de Pessoal do MAPA.



Fonte: COORD/Lanagro-SP

Figura 1.5.1 – Organograma do Lanagro-SP

O quadro 1.5, a seguir, traz informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas do Lanagro- SP, com as respectivas competências e titulares.

Quadro 1.5.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/unidades	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
COORD	Prover o suporte técnico-científico e laboratorial às atividades de fiscalização, programas e controles oficiais do MAPA e, mediante a celebração de convênios ou acordos, às atividades de outros órgãos e entidades públicos; coordenar, promover, orientar, monitorar e avaliar as respectivas atividades de: ensaios e estudos laboratoriais; pesquisas, desenvolvimento, inovação e automação laboratorial; desenvolvimento e validação de métodos de ensaio; produção e manutenção de padrões e materiais de referência; desenvolvimento de programas de comparação interlaboratorial; e gestão integrada da biossegurança; prestação de informações técnicas e gerenciais à CGAL; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira; planejamento, monitoramento e execução dos projetos de modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários; administração de pessoas; capacitação e treinamento dos servidores e empregados, observadas as normas da ENAGRO; gestão de serviços gerais; execução de compras e contratos de prestação de serviços; implementação de indicadores de desempenho; acompanhamento de missões e auditorias externas, no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e da Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura; e coordenar a verificação da conformidade dos registros de gestão. Propor acordos de cooperação técnica, ajustes e convênios com órgãos e entidades públicos e instituições privadas, observada a legislação vigente, para: pesquisa, desenvolvimento e validação de métodos de ensaio; produção de padrões e materiais de referência; desenvolvimento de projetos técnicos, administrativos e de tecnologia da informação; estágios curriculares e extracurriculares, observadas as normas da ENAGRO; e treinamento de profissionais. Garantir o cumprimento das convocações da CGAL para a realização de auditorias e fiscalizações nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e da Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura; monitorar a realização de fiscalização e auditoria na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e na Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura; subsidiar e apoiar a participação da CGAL em eventos e negociações; contratar laboratórios credenciados para atendimento de demandas específicas dos programas e controles oficiais do MAPA e aplicar sanções administrativas a fornecedores e licitantes, atuando como instância julgadora em caso de recursos.	André de Oliveira Mendonça	Coordenador	01/01 a 31/12
DLAB	Realizar: ensaios e estudos laboratoriais; pesquisas, desenvolvimento, inovação laboratorial; informatização e automação de processos; fiscalizações e auditorias na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e da Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura; desenvolvimento e validação de métodos de ensaio; e produção e manutenção de padrões e materiais de referência. Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias; apoiar, acompanhar e participar de missões e auditorias externas, no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e da Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura; subsidiar a elaboração de normas e regulamentos aplicados à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e da Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura; promover a execução dos programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, a produção de material de referência e a validação e verificação de desempenho de métodos analíticos; elaborar propostas e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços necessários à implantação e manutenção das atividades laboratoriais, observadas as normas da ENAGRO; programar a capacitação e o treinamento dos servidores e empregados; organizar e manter informações para o monitoramento das capacidades operacionais dos planos de validação de métodos de ensaio; participar da elaboração, implementar e monitorar indicadores de desempenho estratégicos.	Maria de Fátima Martins Pinhel	Chefe de Divisão	01/01 a 31/12
SGQ	Implementar e manter os sistemas de gestão da qualidade dos Laboratórios Nacionais Agropecuários e de suas Seções Laboratoriais Avançadas; elaborar, orientar, aplicar e divulgar as documentações e normas de referência dos sistemas de gestão da qualidade; participar da elaboração, implementar e monitorar indicadores de desempenho; conduzir os processos de certificação e de acreditação; orientar e acompanhar: implementação de correções, ações corretivas e ações preventivas; formação e monitoramento de avaliadores da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; execução dos programas de controle interlaboratorial e intralaboratorial; produção de material de referência; validação e verificação de desempenho de métodos analíticos; e tratamento de não-conformidades e reclamações; subsidiar a manutenção do banco de auditores e especialistas da CGAL; realizar pesquisas de satisfação de clientes; elaborar proposições e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços necessários aos sistemas de gestão da qualidade; executar, e monitorar fiscalizações e auditorias e na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; programar a capacitação e o treinamento dos servidores e empregados, observadas as normas da ENAGRO; e apoiar, acompanhar e participar de missões e auditorias técnicas externas, no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.	Fernando José Pires de Souza	Chefe de Serviço	01/01 a 31/12

(continua)

Quadro 1.5.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (continuação)

Áreas/unidades	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
SSG (*)	Executar, monitorar e manter ferramentas de controle de informações necessárias à gestão estratégica corporativa e ao gerenciamento do plano plurianual e do plano operativo anual; organizar e manter informações para o monitoramento de: indicadores de desempenho estratégicos; gestão de projetos e atividades gerenciais; plano plurianual; plano operativo anual; capacitação e treinamento, observadas as normas da ENAGRO; e projetos para modernização laboratorial. Executar a gestão estratégica corporativa, quanto a: planejamento, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias corporativas e locais; atualização de ferramentas de apoio, indicadores de desempenho e projetos estratégicos; e implementação e monitoramento de indicadores de desempenho estratégicos. Executar o processo de gestão operacional, quanto à: implementação, monitoramento e avaliação do plano plurianual e do plano operativo anual; e orientação, acompanhamento e avaliação de iniciativas de inovação organizacional; apoiar a realização de estudos para a modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários; subsidiar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações física, orçamentária e financeira das ações realizadas nas áreas de competência dos Lanagros; e prestar assessoria no atendimento às demandas dos órgãos de controle interno e externo.	Luis Freddi Junior	Chefe de Serviço	18/10 a 31/12
SBIOS (*)	Promover, executar e monitorar as atividades de biossegurança, quanto a: produção, manutenção, armazenamento e manipulação de animais e vegetais de experimentação laboratorial, materiais genéticos e microrganismos, vírus, príon e suas partes; procedimentos de recepção, transporte, manuseio, armazenamento e descarte de amostras; descarte de resíduos sólidos e líquidos; manutenção do nível de biossegurança exigido para manipulação dos agentes biológicos; riscos físicos, químicos e ambientais; controle de acesso; e utilização de equipamentos; propor, participar da elaboração, orientar, aplicar e divulgar: normas de referência; e manual da biossegurança; elaborar propostas e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços necessários à implantação e à manutenção da biossegurança laboratorial; realizar fiscalizações e auditorias na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e da Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura; programar a capacitação e o treinamento dos servidores e empregados, observadas as normas da ENAGRO; e apoiar, acompanhar e participar de missões e auditorias técnicas externas, no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e da Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura.	Yuri Fernandes Feltrin	Chefe de Serviço (**)	01/01 a 31/12
DAD	Subsidiar a elaboração da proposta relacionada ao PPA; subsidiar e apoiar a elaboração do POA; operacionalizar a execução do POA; efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos; promover e controlar as atividades de: administração de material, patrimônio e de recursos de comunicação e informática; comunicações administrativas e de protocolo; transporte, zeladoria, vigilância, reprografia, telefonia e manutenção; administração de pessoas; programação da capacitação e o treinamento dos servidores e empregados, observadas as normas da ENAGRO; conformidade dos registros de gestão; aplicação de sanções administrativas a fornecedores e licitantes; e processos de prestação de contas; formalizar e executar processos de compras e contratos de prestação de serviços e de obras, em atendimento a um ou mais Lanagros.	Márcia Oliveira Parreira	Chefe de Divisão	01/01 a 31/12
SEOF	Processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados; subsidiar a elaboração da proposição de orçamento anual de despesas; orientar o processo de prestação de contas; gerar minutas de empenho em favor do vencedor do certame e gerenciar a emissão do respectivo empenho no SIAFI; gerenciar e operacionalizar as movimentações de depósito garantia (conta vinculada) dos contratos de mão de obra; gerar, monitorar e manter ferramentas de controle de informações financeiras.	Dulce Regina Fim Lima	Chefe de Serviço	01/01 a 31/12
SEC	Subsidiar e apoiar a Comissão Permanente de Licitação e os pregoeiros; apoiar a formalização e execução de compras e contratos de prestação de serviços e de obras; controlar: cronogramas e prazos estabelecidos para entrega de materiais e execução de serviços; execução dos contratos; monitorar a aplicação de penalidades e multas devidas; e manter e atualizar os dados cadastrais dos fornecedores.	Maria Salette Lima Carnauba	Chefe de Serviço	01/01 a 31/12
SGC (*)	Manter listagem atualizada dos contratos firmados com fornecedores de bens e serviços; controlar prazo de vencimento dos contratos; definir as diretrizes para executar a gestão e fiscalização de contratos; gerenciar a edição de apostilamentos, termos aditivos, repactuações e sua publicação; auxiliar no controle das alterações da legislação relativa à área de contratos; auxiliar na obtenção de orçamentos e variação de custos decorrente do mercado para contratações e aditivações de contratos; auxiliar na avaliação de planilha de custos e formação de preços relativos a contratos; gerenciar o ateste de notas fiscais e os devidos encaminhamentos para pagamento; realizar os devidos lançamentos no SIASG, e demais sistemas relativos aos contratos; e contribuir nos processos de aplicação de sanções administrativas a empresas contratadas.	Patrícia Miranda Zamarioli	Chefe de Seção	01/01 a 31/12 (***)

(continua)

Quadro 1.5.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (continuação)

Áreas/unidades	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
SLI (*)	Mediante portarias e delegações específicas, realizar os certames de licitações, dispensas de licitações, inexigibilidades de licitação e cotações eletrônicas; providenciar a autorização para abertura da licitação, com a aprovação do Ordenador de Despesas; elaborar termos de referência e projetos básicos, editais, termos de contrato, atas de registro de preços e demais documentos relativos a certames; elaborar planilha de preços; realizar os devidos lançamentos no COMPRASNET, no SIASG e demais sistemas utilizados para realização dos certames; verificar a disponibilidade orçamentária para realização de um determinado certame, providenciando a inclusão de Nota de Crédito ou Declaração do Ordenador de Despesas ao processo; realizar as correções e alterações apontadas pela Consultoria Jurídica e demais correções que se fizerem necessárias, imprimindo o Edital e Anexos, juntando ao processo para prosseguimento do certame; realizar convocação dos interessados através da publicação do aviso do Edital; gerenciar o envio do empenho devidamente assinado para o concorrente vencedor; gerenciar o envio de contratos e atas de registro de preços para o concorrente vencedor; publicar contratos em DOU; e acompanhar os prazos de vigência das atas de registros de preços.	Vago (****)	Chefe de Seção	Não aplicável
SGP (*)	Promover aplicação da legislação de pessoal no que refere aos deveres e direitos dos servidores públicos, empregados e estagiários; executar as atividades de: registros funcionais; preparo de pagamento de pessoal; concessões de: férias, licenças e aposentadorias; e benefícios sociais e assistenciais; gerenciamento de exames médicos; providenciar a realização de perícia médica; apoiar a identificação das necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada; cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas; e coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas.	Bruno Rosario Braga	Chefe de Seção	01/01 a 31/12 (***)
SAP (*)	Controlar os estoques de insumos, reagentes, equipamentos e de materiais permanentes e de consumo. Controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido; classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativos contábeis; proceder à redistribuição de bens de consumo; manter: documentação relativa ao almoxarifado organizada e atualizada; registros e guarda dos materiais de consumo e permanentes, promovendo sua adequada conservação; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, bem como controlar a distribuição; proceder as mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis; executar os procedimentos de alienação de bens móveis; providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, junto aos órgãos competentes; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual.	Terezinha Barbosa da Silva	Chefe de Seção	01/01 a 31/12 (***)
SAG (*)	Promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de manutenção predial, zeladoria, limpeza e conservação das instalações; programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços inerentes ao disposto no inciso I deste artigo; vistoriar e gerenciar o funcionamento de áreas comuns, as quais não estão sob a responsabilidade de uma unidade específica, tais como corredores, refeitórios, sanitários, auditórios, verificando necessidades de manutenção predial, limpeza, organização, e demais itens necessários ao perfeito funcionamento destas áreas; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas.	Alessandra Rocha de Abreu	Chefe de Seção	01/01 a 31/12 (***)
SLAV/Jundiaí (*)	Realizar as atividades delegadas inerentes às responsabilidades das DLABs e os serviços de administração geral pertinentes.	Carlos Eduardo Marchi	Chefe de Seção	05/10 a 31/12 (*****)

(*) Unidades criadas a partir da publicação da Portaria MAPA N. 99/2016.

(**) Antes da publicação da Portaria MAPA N. 99/2016, esta atividade era atribuída a um Serviço. Até o dia 31/12/2016 não havia sido publicada a exoneração do AFFA, Yuri F. Feltrin, solicitada pelo Lanagro-SP para dar cumprimento ao disposto na referida Portaria.

(***) Apesar da Seção ter sido oficialmente criada a partir da publicação da Portaria MAPA N. 99/2016, o servidor já exercia atividade com FG-1 de livre nomeação.

(****) A nomeação da servidora responsável por esta seção só foi publicada em 2017, a despeito da solicitação ter sido realizada pelo Lanagro-SP logo após a publicação da Portaria MAPA N. 99/2016.

(*****) Houve atraso na publicação da nomeação do servidor, a despeito da solicitação ter sido realizada pelo Lanagro-SP logo após a publicação da Portaria MAPA N. 99/2016.

1.6 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do Lanagro-SP correspondem basicamente à realização de ensaios laboratoriais em atendimento às demandas da SDA. Algumas Unidades também realizam auditorias para credenciamento ou monitoramento de laboratórios. Baseado na classificação de atividades proposta pela CGAL e no mapeamento de processos realizado em 2008, os macroprocessos finalísticos aplicáveis ao Lanagro-SP estão descritos no quadro 1.6.1, a seguir.

Quadro 1.6.1 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Realização de ensaios físico-químicos em alimentos de origem animal e água	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DIPOA	FQA
Realização de ensaios físico-químicos em alimentos para animais	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DFIP, DSA	FQA
Realização de ensaios físico-químicos em bebidas e vinagres	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DIPOV	BEB
Realização de ensaios para diagnóstico animal	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio	DSA VIGIAGRO	AVI
Realização de ensaios físico-químicos em fertilizantes, corretivos e substratos	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DFIA	FET
Realização de ensaios para controle de produtos biológicos e veterinários	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio	DFIP	AVI, MVA, CVR
Realização de ensaios microbiológicos em alimentos e água	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DIPOA DIPOV DFIP	MIC
Realização de ensaios para determinação de resíduos e contaminantes em alimentos	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DIPOA	COI ORG RDV
Realização de ensaios em produtos biológicos de uso agronômico (*)	Realização de análises laboratoriais	Relatórios de ensaio	DFIA	MAG
Realização de ensaios físico-químicos em produtos agrotóxicos e afins	Realização de análises laboratoriais	Relatórios de ensaio	DFIA	MVA
Realização de auditorias	Auditorias realizadas em laboratórios credenciados pelo MAPA	Relatórios de auditoria	CAC/CGAL	COORD, DLAB, SGQ, FQA, BEB, AVI, FET, MIC, MAG, COI, ORG e RDV
Desenvolvimento de métodos	Desenvolvimento de novas metodologias e validação/avaliação de desempenho de metodologias existentes	Relatórios de validação/avaliação de desempenho e publicação de métodos	CGAL	DLAB, FQA, CVR, BEB, MVA, AVI, FET, MIC, MAG, COI, ORG e RDV

(*) Em implantação

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

a) Plano estratégico

O Lanagro-SP não possui um planejamento estratégico próprio, estando inserido no âmbito da rede Lanagro. Este planejamento abrange o período de 2016-2023. Para cada objetivo estratégico foram definidos indicadores pela própria CGAL, porém a mensuração dos mesmos ainda não está totalmente implementada. Segue, na figura 2.1.1, o mapa estratégico da Rede Lanagro.

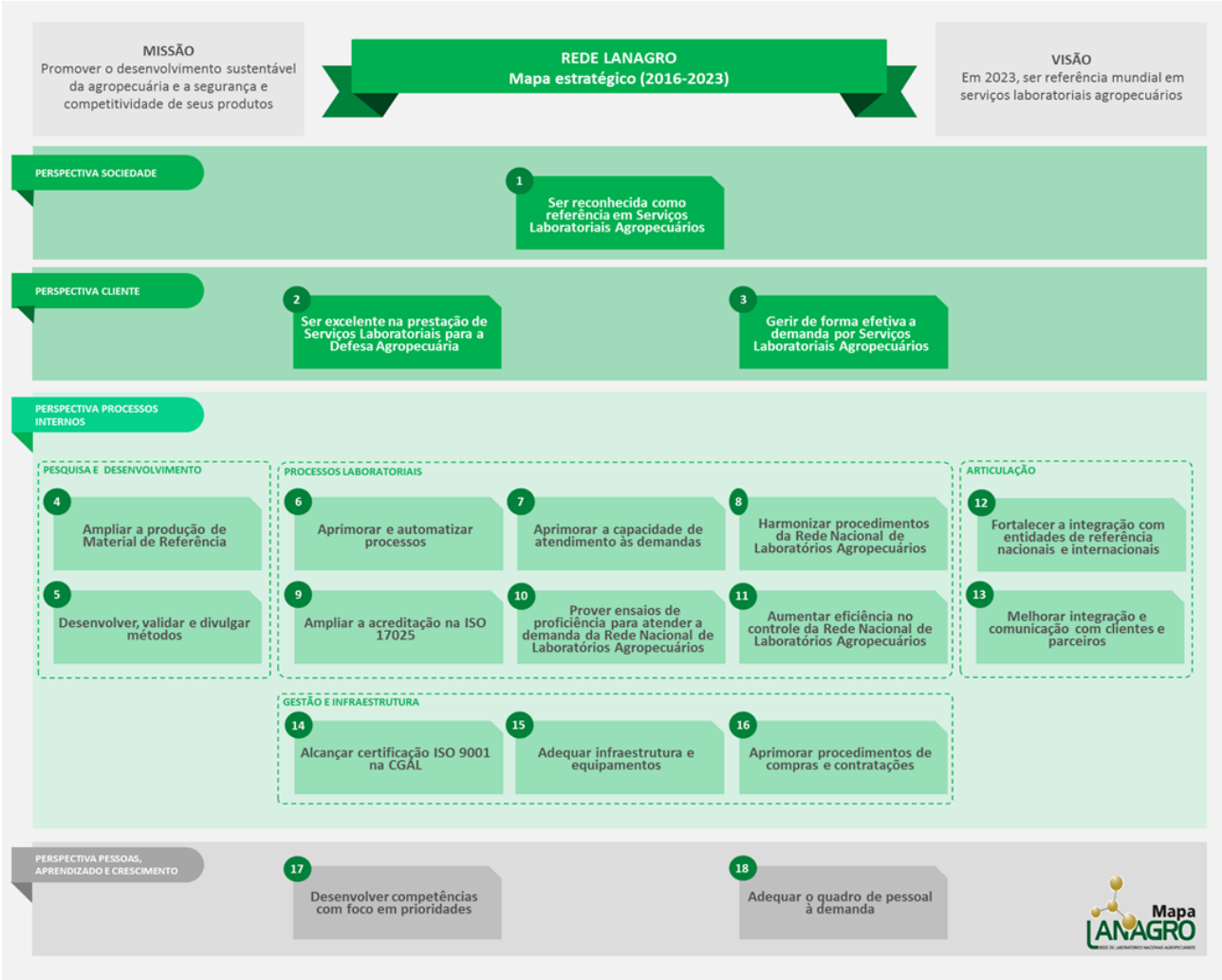


Figura 2.1.1 – Mapa estratégico da CGAL e Lanagros

Os objetivos estratégicos estão estreitamente relacionados às atribuições regimentais dos Lanagros descritas na portaria MAPA nº 99/2016, conforme demonstrado no quadro 2.1.1, a seguir.

Cabe destacar que no novo regimento oficializado pela portaria mencionada acima, foi criado o Serviço de Suporte a Gestão (SSG), no âmbito de cada Lanagro, e a Coordenação de Planejamento e Gestão (CPG), no âmbito da CGAL. Juntos, estes formam o Grupo de Gestão Estratégica da Rede Lanagro, que tem, dentre outras atribuições: executar, monitorar e manter ferramentas de controle de informações necessárias à gestão estratégica corporativa e ao gerenciamento do plano plurianual e do plano operativo anual e organizar e manter informações para o monitoramento de indicadores de desempenho estratégicos.

Um dos eventos deste grupo que merece destaque, são as RAEs – Reuniões de Análise Estratégica; reuniões regulares, periódicas e integradas em que os envolvidos na estratégia organizacional utilizam dados atualizados para analisar aspectos específicos da estratégia e relativos

ao desempenho recente de cada unidade. A RAE é um componente essencial do modelo de Governança para Resultados, onde os esforços estão voltados para alcançar resultados públicos específicos. Em junho de 2016 foi realizada a primeira desta reuniões no âmbito da rede Lanagro.

Quadro 2.1.1 – Relacionamento entre competências regimentais e objetivos estratégicos

Competência regimental	Objetivos estratégicos
Realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter padrões e materiais de referência.	Ampliar a produção de materiais de referência; Desenvolver, validar e divulgar métodos.
Promover o suporte técnico-científico e laboratorial às atividades de fiscalização, programas e controles oficiais do MAPA.	Aprimorar e automatizar processos; Harmonizar procedimentos na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; Ser reconhecido como referência em Serviços Laboratoriais Agropecuários; Ser excelente na prestação de serviços laboratoriais para a defesa agropecuária.
Garantir a implantação e implementação do sistema da garantia da qualidade.	Ampliar acreditação na ISO 17.025.
Garantir a implantação e implementação da gestão integrada de biossegurança.	Adequar infraestrutura e equipamentos.
Subsidiar e apoiar a participação da CGAL em eventos e negociações.	Melhorar integração e comunicação com clientes e parceiros.
Propor acordos de cooperação técnica, ajustes e convênios com órgãos e entidades públicos e instituições privadas.	Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais.
Execução de compras e contratos de prestação de serviços.	Aprimorar procedimentos de compras e contratações.

b) Plano Tático

Decisões estratégicas no nível local são definidas, via de regra, em reuniões ordinárias de análise crítica da Alta Direção, realizadas no mínimo, uma vez por ano. Participam deste núcleo decisório, além do Coordenador do Lanagro-SP, os chefes da DAD, DLAB, SGQ e SSG. Em 2016, a reunião de análise crítica pela Alta Direção foi realizada no período de 23-29/11.

O Lanagro-SP possui ainda um Comitê de Assessoramento à Alta Direção (CAD), com representantes de todas as unidades técnicas e de apoio, que tem por finalidade planejar, supervisionar, coordenar, implementar e avaliar ações que visem ao constante aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelo Lanagro-SP e ao bem-estar de seus colaboradores, contribuindo assim para que a Missão, Valores e Visão de Futuro do Lanagro-SP sejam implementados a contento. No ano de 2016 este Comitê se reuniu em sete oportunidades (17/02, 01/04, 09/05, 24/06, 26/08, 04/10 e 15/12).

Também participam das reuniões do CAD, os presidentes de quatro Comissões designadas pela Coordenação do Lanagro-SP, cujas principais finalidades estão descritas abaixo:

- Comissão de Avaliação de Solicitação, Aquisição e Recebimento de Material e Serviços (CAMS): planejar, propor e executar ações para avaliação sistemática e classificação dos fornecedores de materiais e serviços ao Lanagro-SP; planejar, propor e executar ações para harmonização da descrição de materiais e serviços, a fim de facilitar o processo de aquisição dos mesmos; participar do processo de avaliação, aquisição e recebimento de materiais e serviços;
- Comissão de Biossegurança e Biosseguridade (CBS): fomentar a aplicação dos conceitos de biossegurança e biosseguridade nas diferentes unidades do Lanagro-SP; orientar a correta

contenção e processamento dos patógenos manipulados na Instituição; orientar o cumprimento das normas de biossegurança, biosseguridade e boas práticas laboratoriais, providenciando as condições para tal quando possível ou encaminhar os procedimentos recomendados à Coordenação e/ou demais unidades do Lanagro-SP;

- Comissão de Comunicação (CCOM): promover a divulgação do Lanagro-SP de modo a tornar a instituição mais conhecida pela sociedade; promover a divulgação interna de atividades do Lanagro-SP; organizar, periodicamente, palestras de assuntos diversos; divulgar agenda de eventos de interesse da instituição; planejar e apresentar projeto para sinalização interna; apoiar cerimonial quando da realização de eventos no Lanagro-SP; organizar mural de notícias;
- Comissão Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): planejar, propor e assessorar a execução de ações voltadas para atender os seguintes eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores e colaboradores; licitações sustentáveis. A Comissão tem por objetivo estimular os colaboradores a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos;

A Comissão de Gestão Estratégica (CGE), mencionada no relatório de gestão anterior, foi dissolvida no ano de 2016, em função do surgimento do grupo de gestão estratégica da Rede Lanagro, institucionalizado pela criação, via novo regimento interno, do SSG, com um chefe de serviço em cada Lanagro e uma coordenação exclusiva na CGAL.

Com relação a duas outras comissões, também referenciadas no relatório de gestão anterior, foi definido em reunião do CAD que a CEUA e a Brigada de Incêndio não pertenceriam mais a este Comitê, por seguirem legislação própria e, consequentemente, possuírem sistemática de atuação independente e já bem definida e estabelecida no âmbito do Lanagro-SP.

c) Plano Operacional

Como parte do Sistema de Gestão da Qualidade, o Lanagro-SP possui uma estrutura de documentos composta por Manual da Qualidade, Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), Instruções de Trabalho (ITs), Métodos (METs) e Instruções de Uso (IUs), os quais norteiam os procedimentos adotados tanto na área técnica como administrativa, incluindo os processos de aquisições.

O Lanagro-SP possui uma equipe destinada à manutenção de suas instalações físicas e de equipamentos. Sempre que necessário são firmados contratos com empresas especializadas para manutenção corretiva e preventiva de equipamentos específicos. Semelhantemente, o Lanagro-SP mantém contrato com empresa especializada para manutenção de equipamentos de informática e dispõe de uma Unidade de Tecnologia da Informação (INF), responsável pela manutenção de sistemas internos.

Todas as amostras encaminhadas ao Lanagro-SP são recebidas, triadas e registradas em sistema informatizado nas Unidades de Recepção de Amostras de Campinas-SP e Jundiaí-SP. Após análise preliminar as amostras podem ou não ser descartadas conforme critérios pré-estabelecidos. Caso não sejam rejeitadas, são encaminhadas às unidades finalísticas que realizam uma segunda checagem dos critérios de aceitação, o que inclui a avaliação quanto à adequação e à programação definida junto ao cliente. Caso não sejam rejeitadas, as amostras são analisadas e o resultado emitido através do mesmo sistema informatizado. As Unidades de Recepção de Amostras são responsáveis pela expedição dos resultados.

O Lanagro-SP encaminha mensalmente à CGAL a programação de recursos financeiros necessários para as despesas de manutenção da Unidade (gastos fixos), conforme estabelecido no Plano Operativo Anual.

Com relação aos custos de investimento, materiais de consumo, equipamentos, aquisição de serviços, entre outros, os créditos são solicitados à CGAL através de formulário próprio (DOD – Documento de Oficialização de Demanda), com as devidas justificativas, alinhadas com os objetivos estratégicos.

d) Vinculação ao PPA

Esta UPC está vinculada ao PPA 2016-2019 através do Programa 2028 (Defesa Agropecuária), no contexto do objetivo 1052 - Modernizar as ações de Defesa Agropecuária por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

De acordo com o PPA 2016-1019, os Lanagros estão inseridos na meta 04CF, que consiste em "Executar projetos prioritários de modernização da infraestrutura dos Laboratórios Nacionais Agropecuários".

A iniciativa 05FW consiste na "Implementação do Planejamento Estratégico da CGAL e dos Lanagros". Já a iniciativa 05FY menciona a "Automação e sistematização de processos prioritários da CGAL e dos Lanagros". Outra iniciativa que envolve o Lanagro-SP é a 05FX - Aprimoramento dos objetivos e produtos do Projeto SAGRES de cooperação entre o MAPA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ampliando o número de áreas cobertas pela concessão de bolsas para o desenvolvimento e validação de ensaios laboratoriais aplicados à Defesa Agropecuária.

Há apenas uma iniciativa específica para o Lanagro-SP: "Iniciativa 05G0 - Execução do projeto prioritário de novas instalações do laboratório de sanidade aviária, com nível de biossegurança 3 (NB 3), no Lanagro/SP".

De acordo com deliberação da CGAL, a meta para realização de ensaios pelo Lanagro-SP para o ano de 2016 foi estabelecida em 65.043 ensaios e para os laboratórios credenciados sob jurisdição do Lanagro-SP em 5.598.326 ensaios.

A Alta Direção do Lanagro-SP estabeleceu ainda como metas para 2016, a ampliação do escopo de acreditação junto ao INMETRO, conforme segue:

Unidade BEB: determinação de extrato seco e cinzas em fermentados alcoólicos, de componentes secundários em destilados, de densidade, grau alcoólico e extrato primitivo em cerveja;

Unidade FET: conforme tabela abaixo:

Análise granulométrica: peneiras de 0,85 mm de abertura	Corretivos de acidez
Análise granulométrica: peneiras de 0,3 mm de abertura	Corretivos de acidez
Análise granulométrica: peneiras de 2,00mm de abertura	Corretivos de acidez
Cálcio	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Cádmio	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Cádmio	Fertilizantes orgânico e orgnanomineral de aplicação via solo
Cromo	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Cromo	Fertilizantes orgânico e orgnanomineral de aplicação via solo
Chumbo	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Chumbo	Fertilizantes orgânico e orgnanomineral de aplicação via solo
Cobre	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Cobre solúvel em citrato neutro de amônio	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Ferro	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Ferro solúvel em ácido cítrico	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Magnésio	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Manganês	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Manganês solúvel em citrato neutro de amônio	Fertilizantes minerais para aplicação via solo

Nitrogênio total	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Óxido de cálcio (CaO)	Corretivos de acidez
Óxido de magnésio (MgO)	Corretivos de acidez
Poder de neutralização (PN)	Corretivos de acidez
Zinco	Fertilizantes minerais para aplicação via solo
Zinco solúvel em ácido cítrico	Fertilizantes minerais para aplicação via solo

Unidade RDV: inclusão das matrizes suíno e aves nas determinações de tireostáticos em urina e nitrofuranos em músculo;

Unidade ORG: atualização do método para determinação de pesticidas organoclorados e PCBs em gordura animal, incluindo o analito Lindane;

Unidade MVA: determinação de avermectinas em medicamentos veterinários injetáveis;

Unidade ALA: determinação de umidade e resíduo mineral em alimentos para animais;

Unidade AVI: Testes de esterilidade e soroconversão em vacinas aviárias;

Unidade CVR: determinação de pH em vacinas antirrábicas;

Unidade MIC: Pesquisa de Salmonella spp, Listeria monocytogenes, Escherichia coli O157:H7 e Escherichia coli Verotoxigênica.

Também foram definidas, pela Alta Direção do Lanagro-SP, metas para as área de TI e para adequações estruturais, conforme segue:

a) Demandas para a área de Tecnologia da Informação:
   - Emissão de relatórios gerenciais mensais referentes ao número de amostras realizadas e ensaios executados;
   - Realização dos pedidos de compras através do sistema gestor;
   - Emissão de relatórios gerenciais relativos a capacitação, viabilizando análise estatística dos dados;
   - Desenvolvimento de módulo no sistema gestor para solicitações de meios de cultura e animais de experimentação;
   - Implantação de sistema para emissão de relatórios de ensaio com certificados eletrônicos;
   - Registro eletrônico de entrada e saída de colaboradores e visitantes (pessoas e veículos);
   - Aquisição de sistema informatizado para controle de documentos do SGQ.

b) Demandas para adequações de infraestrutura:
   - Adequação da estrutura civil do prédio conhecido como "Palácio das Águas";
   - Conclusão da obra do novo laboratório para atendimento à Unidade AVI;
   - Adequação da rede de distribuição de água deionizada;
   - Adequação da rede de distribuição de vapor;
   - Construção de guarita para o vigilante na base física de Jundiaí;
   - Adequação da estrutura do Biotério, incluindo o processo relativo à limpeza do forro;
   - Contratação de empresa especializada para execução de adequações necessárias para atendimento às normas do corpo de bombeiros na base física de Jundiaí;
   - Adequação da cabine de alta tensão da base física de Campinas;
   - Aquisição de novos tanques para armazenamento de diesel.

2.1.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Mensalmente as unidades técnicas e de apoio preenchem um relatório gerencial mensal (FORM SGQ/046), subsidiando a COORD, DAD e DLAB de informações como: número de amostras recebidas e ensaios realizados, validações em andamento, atividades interrompidas, reuniões realizadas, carência de recursos humanos, necessidade de aquisição de equipamentos e insumos, mudança no volume e tipo de trabalho, acompanhamento de ações oriundas da última reunião de análise crítica da alta direção, metas, necessidades de infraestrutura, pontos positivos, dificuldades e oportunidades de melhoria.

Semestralmente são mensurados indicadores da qualidade, sendo os resultados compilados pelo SGQ e encaminhados para apreciação da COORD.

Com relação ao cumprimento dos requisitos técnicos, o Lanagro-SP mantém, por meio do SGQ, um cronograma de auditorias internas, através das quais as unidades são periodicamente avaliadas quanto ao atendimento aos requisitos da Norma ISO 17.025. No decorrer de 2016 foram realizadas 18 auditorias internas.

Pelo menos uma vez por ano, a Coordenação do Lanagro-SP promove reunião de análise crítica da alta direção, que tem por objetivo discutir a adequação do sistema de gestão da qualidade do Lanagro-SP e suas múltiplas interfaces, considerando: a adequação das políticas e procedimentos; relatórios gerenciais; resultado de auditorias internas; ações corretivas e preventivas; avaliações realizadas por organizações externas; resultados de comparações interlaboratoriais ou ensaios de proficiência; reclamações e realimentação de clientes; recomendações para melhorias; indicadores da qualidade e da gestão estratégica; recursos financeiros; recursos humanos; treinamento de pessoal; atendimento às pendências registradas na última análise realizada.

No decorrer de 2016 foram desenvolvidas novas ferramentas pelas equipes do SEOF e SSG do Lanagro-SP para planejamento de investimentos e para monitoramento mensal da aplicação dos recursos financeiros, os quais serão utilizados a partir de janeiro de 2017 por toda a rede Lanagro.

O SSG também tem acompanhado a execução do planejamento por meio de indicadores de desempenho, cujos resultados são debatidos em reuniões periódicas de análise estratégica no âmbito da rede Lanagro, previstas para ocorrerem a cada três meses.

2.2 Desempenho orçamentário

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O orçamento disponibilizado ao Lanagro-SP para o exercício de 2016 como parte da ação 214W ("Implementação da defesa agropecuária"), dentro do Plano Orçamentário 0005 ("Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários – Lanagros"), foi da ordem de R$ 19.820.000,00 para despesas de custeio e de R$ 380.000,00 para despesas de investimento. No entanto, ao longo do exercício, foram identificadas outras fontes de recursos para complementação do orçamento, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Os quadros 2.2.1.1, 2.2.1.2, 2.2.1.3 e 2.2.1.4, a seguir, referem-se a ações relacionadas ao Programa Temático 2028 de responsabilidade desta UPC.

Quadro 2.2.1.1 – Ação 152L – OFSS

Identificação da Ação							
Código	152L Tipo: Projeto						
Descrição	Reforma, Ampliação e Modernização dos Lanagros						
Iniciativa	0136-Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários						
Objetivo	Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária Código: 1052						
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	0,00	0,00	1.601.694,07	2.635,00	2.635,00	0,00	1.599.059,07

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	12.491.239,88	4.623.638,27	30.214,96	Obra de construção de novo laboratório	NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.2 – Ação 214X – OFSS

Identificação da Ação							
Código	214X Tipo: Atividade						
Descrição	Vigilância e inspeção de operações de comércio exterior de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário.						
Objetivo	Modernizar o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO. Código: 1053						
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	0,00	0,00	221.065,21	0,00	0,00	0,00	221.065,21

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	NA	NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.3– Ação 214Y – OFSS

Identificação da Ação							
Código	214Y Tipo: Atividade						
Descrição	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA						
Objetivo	Fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA. Código: 0366						
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	0,00	0,00	1.445.767,40	128.570,71	118.753,85	9.816,86	1.317.196,69
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	NA		NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.4– Ação 214W – OFSS

Identificação da Ação							
Código	214W Tipo: Atividade						
Descrição	Implementação da defesa agropecuária						
Objetivo	Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária. Código: 1052						
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	20.200.000,00	20.200.000,00	28.920.625,27	20.374.000,74	19.999.341,27	374.659,47	8.546.624,53
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0001/Nacional	Análise realizada		Unidade	65.043	NA	108.907	
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	NA		NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.5– Ação do Orçamento de Investimento - 2000

Identificação da Ação							
Código	2000 Tipo: Atividade						
Descrição	Administração da Unidade						
Objetivo	NA Código: NA						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura. Código: 2105						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	0,00	0,00	182.269,75	0,00	0,00	0,00	182.269,75

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	NA	NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Os quadros 2.2.1.6, 2.2.1.7, 2.2.1.8, 2.2.1.9, 2.2.1.10 e 2.2.1.11, a seguir, referem-se a ações não previstas na LOA do exercício – restos a pagar não processados – OFSS.

Quadro 2.2.1.6– Ação do Orçamento de Investimento - 20ZW

Identificação da Ação							
Código	20ZW Tipo: Atividade						
Descrição	Promoção da Defesa Agropecuária						
Iniciativa	04BQ-Promoção da Defesa Agropecuária						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366						
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	10.813.818,83	7.329.403,98	1.336.093,39	NA	NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.7– Ações do Orçamento de Investimento -20ZX

Identificação da Ação							
Código	20ZX Tipo: NA						
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Iniciativa	04D4						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366						
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	5.342.430.53	3.899.752.64	169.880,21	NA		NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.8– Ações do Orçamento de Investimento-20ZV

Identificação da Ação							
Código	20ZV Tipo: NA						
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário						
Iniciativa	02XH						
Objetivo	NA Código: 0747						
Programa	Agropecuária sustentável, Abastecimento e Comercialização. Código: 2014						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	99.872,00	54.100,00	34.000,00	NA		NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.9– Ações do Orçamento de Investimento -2132

Identificação da Ação							
Código	2132						
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	593.536,60	593.536,60	0,00	NA		NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.10– Ações do Orçamento de Investimento -8658

Identificação da Ação							
Código	8658						
Programa	Código: 0357						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	2.443.980,96	2.443.980,96	0,00	NA		NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.11– Ações do Orçamento de Investimento -4746

Identificação da Ação							
Código	4746						
Programa	Código: 0356						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	99.720,78	99.720,78	0,00	NA		NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2015- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Os quadros 2.2.1.12 e 2.2.1.13, a seguir, referem-se a ações do orçamento relacionadas à aplicação de recursos de investimentos.

Quadro 2.2.1.12– Ação-152L

Identificação da Ação							
Código	152L Tipo: Projeto						
Título	Reforma, Ampliação e Modernização dos Lanagros						
Iniciativa	0136 – Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários						
Objetivo	Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária Código: 1052						
Programa	Defesa Agropecuária. Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0,00	0,00	2.635,00	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2016- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

Quadro 2.2.1.13– Ação-214W

Identificação da Ação							
Código	214W Tipo: Atividade						
Título	Implantação da Defesa Agropecuária.						
Objetivo	Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária. Código: 1052						
Programa	Defesa Agropecuária. Código: 2028						
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0,00	0,00	260.175,45	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: Tesouro Gerencial; Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2016- Secretaria de Orçamento Federal/MPOG

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Avaliando a execução de forma generalizada, a dotação orçamentária inicial destinada ao Lanagro-SP (R$ 19.820.000,00 para despesas de custeio) era insuficiente para a manutenção das atividades de rotina. A exemplo do que já havia ocorrido no exercício anterior, embora tenha sido possível programar os custos referentes às despesas fixas, os valores programados para aquisição de materiais e insumos de laboratório eram insuficientes para que o laboratório atendesse as demandas da defesa agropecuária.

Mais uma vez houve identificação de recursos no decorrer do exercício, prevenindo a paralisação de atividades ao longo do ano por escassez de insumos de laboratório. O total de recursos

disponibilizados ao término do exercício pode ser considerado um valor suficiente, porém a distribuição dos recursos concentrada no segundo semestre (especialmente no mês de dezembro) foi altamente prejudicial, conforme já relatado no exercício de 2015.

Com relação aos recursos de investimentos, havia uma previsão inicial de R$ 380.000,00, sendo empenhado o valor total de R$ 4.169.638,20, dos quais R$ 1.967.051,59 foram destinados a aquisição de equipamentos para atendimento às unidades COI (aquisição de forno micro-ondas, necessário para otimização de método, com expectativa de aumento expressivo de capacidade operacional para determinação de contaminantes inorgânicos em alimentos), ORG (aquisição de concentrador de amostras e de sistema de cromatografia gasosa, o que possibilitará atendimento a demanda importante para validação de método de determinação de contaminantes orgânicos em leite), RDV (aquisição de equipamento gerador de nitrogênio, que possibilitará redução significativa de gastos com aquisição deste gás, e de capela de exaustão para melhoria de fluxo de atividades), MAG (equipamentos necessários para finalização da implementação do método de avaliação de conformidade de inoculantes agrícolas) e AVI (aquisição de equipamentos de descontaminação de eclusas e de mobiliário, ambos para o laboratório que encontra-se em fase final de construção). Foram adquiridos também equipamentos de ar condicionado para diversas unidades e servidores de rede necessários para a implementação do sistema LIMS. Praticamente todas essas aquisições ocorreram no mês de dezembro, tendo em vista a disponibilização tardia dos recursos. Foi investido também recurso para realização de reforma para adequação da área de produção de camundongo do Biotério.

No final de dezembro ocorreu processo licitatório para contratação de empresa especializada para realização de obra de adequação da base física de Jundiaí às normas do corpo de Bombeiros. No entanto, tendo em vista o prazo exíguo para finalização do processo licitatório e a interposição de recursos administrativos, o empenho realizado deverá ser anulado e será necessário iniciar novo processo em 2017.

Existe uma demanda bastante significativa para aquisição de equipamentos e mobiliário para diversas unidades finalísticas e de apoio, além de obras e outros serviços de engenharia, sendo todas elas devidamente consignadas em planilha de planejamento de utilização de recursos de investimentos para os próximos três anos.

Os recursos disponibilizados por meio das ações 20ZW, 20ZV e 2132, foram destinados a aquisições variadas ocorridas no final de 2015. Os recursos disponibilizados por meio da ação 2000 foi destinado à complementação de valores para contratação de laboratórios credenciados pelo MAPA para execução de análises em atendimento ao PNCRC.

A ação 152L refere-se aos recursos destinados a investimentos, incluindo aquisição de equipamentos diversos e a construção do novo laboratório para atendimento à unidade de Sanidade Aviária. Os valores empenhados no presente exercício referem-se a aditivos e reajustes. Os valores elevados em restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (R$ 12.491.239,88) se justificam pelo fato da obra ter sido iniciada em 2011.

Quanto aos restos a pagar inscritos em 2016, o montante é bastante alto (R$8.546.624,53 para a ação 214W) devido exatamente ao grande número de contratações e aquisições realizadas no mês de dezembro.

2.2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não houve transferência de recursos no período.

2.2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não aplicável

2.2.4 Informações sobre a execução das despesas

De uma forma geral, o quadro 2.2.4.1, a seguir, revela que não houve mudança significativa na execução de despesas no ano de 2016 quando comparado com o exercício anterior. Houve uma pequena redução nos valores relacionados aos pregões, devido a uma menor disponibilização de recursos para aquisição de materiais e insumos para uso no laboratório.

Quadro 2.2.4.1 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.563.770,44	13.211.953,96	12.403.786,48	12.991.033,91
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	566.306,07	1.858,43	566.306,07	1.858,43
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	11.997.464,37	13.210.095,53	11.837.480,41	12.989.175,48
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	7.854.627,70	5.732.211,77	7.630.135,33	5.315.042,64
h) Dispensa	6.375.551,51	4.503.092,30	6.167.282,92	4.093.473,22
i) Inexigibilidade	1.479.076,19	1.229.119,47	1.462.852,41	1.221.569,42
3. Regime de Execução Especial	21.007,16	20.457,55	21.007,16	20.457,55
j) Suprimento de Fundos	21.007,16	20.457,55	21.007,16	20.457,55
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	59.730,63	36.000,27	59.730,63	36.000,27
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	59.730,63	36.000,27	59.730,63	36.000,27
5. Outros	6.070,52	2.432,95	6.070,52	2.432,95
6. Total (1+2+3+4+5)	20.505.206,45	19.003.056,50	20.120.730,12	18.364.967,32

Fonte: Tesouro Gerencial

As contratações diretas representaram 38,31% do total das despesas liquidadas em 2016, um aumento de 8% em relação ao período anterior. Este valor elevado se justifica pela necessidade de contratação de duas empresas para execução de serviços remanescentes (prestação de serviços de bioterismo e de apoio administrativo) com base no art. 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, em consequência de rescisões contratuais. Estes dois contratos totalizaram R$ 3.606.596,82 de despesas liquidadas (45,92% do total liquidado com contratações diretas em 2016). Outros itens que contribuíram significativamente para o elevado percentual de contratações diretas foram consumo de água e de energia elétrica, que somados totalizaram R$ 2.422.790,25 de despesas liquidadas em 2016 e as contratações de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos por inexigibilidade de licitação em virtude de exclusividade no fornecimento dos serviços (R$ 891.097,03 ao todo) e serviços de comunicações junto à EBC e Correios (R$ 137.864,66).

A tomada de preços refere-se à reforma do Biotério e contratação de empresa especializada para gerenciamento da obra em andamento para construção de novo laboratório para atendimento à Unidade AVI.

Com relação ao aumento nos gastos com diárias (R$ 23.730,36), cabe destacar que houve impacto significativo de duas viagens internacionais realizadas pelo Coordenador do Lanagro-SP (participação na sessão geral da OIE, a convite do delegado da OIE no Brasil, durante a qual se oficializou o reconhecimento do Lanagro-SP como laboratório de referência mundial e participação em capacitação sobre biossegurança laboratorial a convite de especialista da FAO), as quais somaram um gasto de R$ 22.038,74 com diárias.

O quadro 2.2.4.2, a seguir, discrimina as despesas por grupos e elementos de despesa para os anos de 2015 e 2016.

Analisando o montante total de recursos empenhados em 2016, (R$ 32.371.421,70) nota-se uma redução discreta em relação ao ano anterior (R$ 33.434.831,72), porém ao considerar apenas as despesas com custeio, a redução foi mais expressiva (da ordem de R$ 4.669.237,41, o que representa aproximadamente 14%).

Tal redução se mostrou mais evidente nos grupos de despesa 33.90.39 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica), o que representa principalmente redução nos gastos com contratação de laboratórios credenciados para execução do PNCRC, em virtude da assunção de parte das análises pelos Lanagros. Esta redução foi de R$ 3.676.926,51, que representa 87% da redução apresentada nesta natureza de despesa.

Com relação ao aumento das despesas com pessoal, estão relacionadas principalmente à realização de duas viagens internacionais, conforme relatado acima. Neste quesito cabe destacar que, embora a restrição de despesas com pessoal (diárias e passagens aéreas) sejam importantes no contexto de contingenciamento de recursos em função da crise financeira, não se pode ignorar os prejuízos à fiscalização relacionados à redução na quantidade de auditorias externas e os imensos prejuízos técnicos advindos dos indeferimentos nos pedidos de capacitação, especialmente quando consideramos as demandas identificadas tanto pelas áreas finalísticas como de apoio.

Ainda sobre contingenciamento de recursos, informamos que no período de 15 a 17 de junho de 2016 os Coordenadores de todos os Lanagros estiveram reunidos em Brasília, juntamente com o Coordenador-Geral e outros representantes da CGAL, a fim de debater estratégia de ação frente aos cortes no orçamento da área laboratorial impostas pelo governo federal na LOA 2016. Como resultado, foi elaborado documento com orientações gerais a serem atendidas pelos Lanagros com vistas a redução de gastos. Neste sentido, o Lanagro-SP propôs as seguintes ações (algumas destas ações foram implementadas em 2016 e outras serão em 2017):

- Redução de gastos com contratação de laboratórios credenciados a partir da incorporação de análises pelo Lanagro-SP, como, por exemplo, no caso de resíduos de drogas veterinárias e conformidade de agrotóxicos, fertilizantes, inoculantes e corretivos agrícolas;
- Redução em contratos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos;

Quadro 2.2.4.2– Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
339014	59.730,63	36.000,27	59.730,63	36.000,27	0,00	0,00	59.730,63	36.000,27
339033	110.022,57	36.082,25	86770,24	33.475,13	23.252,33	2.607,12	86.770,24	29.517,68
339036	10.724,00	7.078,75	10.724,00	7.078,75	0,00	0,00	10.724,00	7.078,75
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
339037	12.786.474,61	11.844.949,97	11.199.507,24	10.009.983,79	1.586.967,37	1.834.966,18	10.864.970,62	9.650.481,44
339039, 339139 e 339147	11.047.668,21	15.263.429.39	7.531.872,76	6.409.153,85	3.515.795,45	8.854.275,54	7.514.981.82	6.142.529,62
339030	4.134.494,84	5.669.212,24	1.301.433,07	2.474.577,71	2.833.061,77	3.194.634,53	1.268.384,30	2.466.572,56
Demais elementos do grupo	52.668,64	14.268,04	52.358,06	14.268,04	310,58	0,00	52.358,06	14.268,04
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
449039	18.228,00	158.000,00	0,00	0,00	18.228,00	158.000,00	0,00	0,00
449051	1.967.051,59	3.940,00	260.175,45	0,00	1.706.876,14	3.940,00	260.175,45	0,00
449052	2.184.358,61	401.870,81	2.635,00	18.518,96	2.181.723,61	383.351,85	2.635,00	18.518,96
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	32.371.421,70	33.434.831,72	20.505.206,45	19.003.056,50	11.866.215,25	14.431.775,22	20.120.730,12	18.364.967,32

Fonte: Tesouro Gerencial

- Redução em contratos que envolvem terceirização de mão-de-obra, com diminuição de custos com pagamento de horas extras, uniformes e diárias;
- Adesão a contrato de prestação de serviços de TI gerenciado no âmbito da CGTI a partir de novembro/2016;
- Redução em gastos com correspondências a partir da implementação do SEI;
- Redução em 50% no contrato de prestação de serviços de reprografia a partir de renegociação com fornecedor;
- Redução em gastos com telefonia fixa a partir da celebração de novo contrato;
- Estudo visando a implantação de sistema fotovoltáico para geração de energia;
- Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo visando a perfuração de poço artesiano com consequente redução do consumo de água potável;
- Estudo da possibilidade jurídica dos Lanagros passarem a cobrar pelos serviços prestados como forma de dar sustentabilidade às suas atividades.

Também como parte do processo de redução de despesas, a Alta Direção do Lanagro-SP promoveu, em 2016, a fusão das unidades POA (Unidade de Análise Físico-química de Alimentos de Origem Animal e Água) e ALA (Unidade de Análise Físico-química de Alimentos para Animais) com o intuito de otimizar a utilização de equipamentos e recursos humanos e materiais. Sendo assim, foi criada a unidade FQA (Laboratório de Físico-Química de Alimentos e Água).

Além disso, a Comissão A3P do Lanagro-SP está realizando estudo para redução de consumo de água (o quer inclui a instalação de hidrômetros para medição do consumo em cada laboratório) e campanha permanente de conscientização contra o desperdício de luz e água pelos colaboradores.

Os quadros 2.2.4.3, 2.2.4.4 e 2.2.4.5, a seguir, discriminam as despesas relacionadas a concessão de suprimento de fundos.

O montante de recursos utilizados na modalidade "suprimentos de fundos" se manteve muito próximo do exercício anterior tanto em termos absolutos, como em termos de percentual em relação ao total liquidado no exercício (0,1%). Estes valores permitem concluir que o Lanagro-SP tem utilizado esta modalidade de forma bastante criteriosa, ou seja, somente para atender requisições emergenciais.

Quadro 2.2.4.3 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	130102	Lanagro-SP	0	0,00	17	21.007,16	12.000,00
2015	130102	Lanagro-SP	0	0,00	14	20.457,55	12.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 2.2.4.4 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	130102	Lanagro-SP	0	0,00	21	2.892,35	18.114,81	21.007,16
2015	130102	Lanagro-SP	0	0,00	14	3.099,33	17.358,22	20.457,55

Fonte: SIAFI

Quadro 2.2.4.5 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto					
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Sub item	Total(R$)	Elemento de Despesa	Sub item	Total(R$)
130102	LANAGRO/ SP	339030	06	415,00	339039	16	1.690,00
			07	791,10		17	500,00
			11	1.290,40		19	1.252,00
			15	240,00		20	494,00
			16	1.893,70		25	140,00
			17	1.680,94		47	162,30
			18	34,90		58	270,00
			19	140,00		63	572,30
			21	214,75		66	279,20
			22	104,70		74	305,05
			24	3.289,68		78	320,00
			25	351,74		79	330,00
			26	1.997,86		83	217,00
			28	216,40		96	0,00
			35	512,64			
			39	509,50			
			40	792,00			
			96	0,00			

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3 Desempenho operacional

Com relação aos resultados relacionados à meta e iniciativas previstos no PPA, relatamos que foram concluídas as seguintes obras no exercício de 2016:

- Base física de Campinas: ampliação da portaria, construção de prédio para recepção de amostras, ampliação do estacionamento, ampliação do refeitório e reforma de adequação da área de criação de camundongos do Biotério (obra entregue em janeiro/2017).
- Base física de Jundiaí: adequação da infraestrutura visando a implementação do laboratório de inoculantes agrícolas.

Sobre a iniciativa 05G0, informamos que a obra para construção de um novo laboratório para atendimento à Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP, incluindo área de biossegurança nível NB4 OIE, continua em andamento. Em junho de 2016, a Comissão de Fiscalização da Obra encaminhou à DAD solicitação para elaboração de Termo de Aditivo para prorrogação de prazo em 270 dias, em função de atrasos injustificados, ressaltando que a Construtora foi devidamente penalizada com aplicação de multa no valor de R$ 409.126,62. Após análise e aprovação pela CJU/SP foi firmado, em 31/10/2016, o 15º Termo Aditivo.

Em novembro de 2016 foi solicitada uma nova prorrogação de prazo, desta feita em função da necessidade de inclusão de serviços adicionais essenciais ao futuro funcionamento do laboratório. Tais serviços incluíram mais pontos de automação, adequações no sistema HVAC (ar condicionado central) e instalação de quatro portas estanques. Considerando que a necessidade desses serviços foi apontada pelo órgão, a Comissão de Fiscalização aprovou nova prorrogação de prazo (16º Termo Aditivo, assinado no início de 2017), com previsão de conclusão da obra em março/2017.

Com relação aos resultados afetos à execução das atividades finalísticas, segue no quadro 2.3.1, os quantitativos executados em 2016.

Quadro 2.3.1– Ensaios realizados e amostras recebidas, rejeitadas e analisadas no Lanagro-SP em 2016, por processo finalístico.

Processo Finalístico		*u*	*Recebido*	*Rejeitado*	*Realizado*	*% realizado*
Diagnóstico de Doenças Aviárias		amostra	2.753	75	2.595	96,90%
		ensaio			79.085	
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	848	124	713	98,48%
		ensaio			5.212	
	Análises Microbiológicas	amostra	1.517	83	1.434	100,00%
		ensaio			4.292	
	Contaminantes inorgânicos	amostra	11	0	11	100,00%
		ensaio			312	
	Contaminantes orgânicos	amostra	100	20	80	100,00%
		ensaio			1.800	
	Resíduos de Drogas Veterinárias	amostra	539	87	360	79,65%
		ensaio			2.018	
Medicamentos Veterinários		amostra	36	3	18	54,55%
		ensaio			75	
Controle de Alimentos para Animais	Análises Físico-químicas	amostra	240	10	230	100,00%
		ensaio			763	
	Análises Microbiológicas	amostra	8	3	5	100,00%
		ensaio			5	
Controle de Produtos Veterinários	Vacinas Anti-rábicas	amostra	246	28	204	93,58%
		ensaio			2.049	
	Vacinas contra Doenças Aviárias	amostra	360	0	316	87,78%
		ensaio			1.973	
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análises Microbiológicas	amostra	30	0	30	100,00%
		ensaio			30	
Controle Insumos Agropecuários	Análises Físico-químicas	amostra	744	99	578	89,61%
		ensaio			2.766	
Controle de produtos de Origem vegetal	Análises Físico-químicas	amostra	832	17	760	93,25%
		ensaio			8.527	
TOTAL Lanagro-SP		**amostra**	**8.264**	**549**	**7.334**	**95,06%**
		ensaio			**108.907**	

OBS: % Realizado = Percentual de amostras realizadas em relação às amostras adequadas para análise (diferença entre amostras recebidas e amostras rejeitadas).
Fonte: DLAB/Lanagro-SP

O percentual de realização de ensaios de uma maneira geral foi altamente satisfatório, com exceção das unidade MVA e RDV. No primeiro caso houve paralisação de ensaios no segundo semestre por falta de reagentes, porém as análises foram retomadas no início de 2017. Além disso, parte das amostras encaminhadas não puderam ser realizadas pela necessidade de adequação do método à apresentação dos produtos coletados pela fiscalização. Quanto à Unidade RDV, foram recebidas muitas amostras no final do ano em função da assunção de parte do programa inicialmente destinado a laboratório credenciado. As amostras foram processadas, porém os resultados só foram inseridos no sistema no início de 2017.

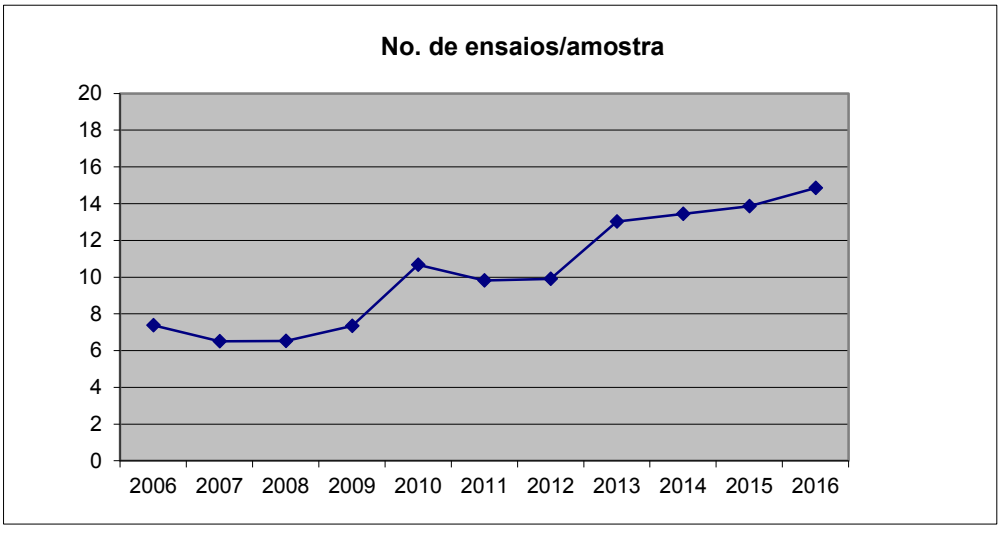
No tocante ao número total de amostras realizadas (7.334), houve uma redução de 16,18% em relação ao ano anterior. Proporção similar se observou em relação ao número de ensaios realizados (redução de 10,19%). Esta redução foi influenciada especialmente pela Unidade MIC que processou um quantitativo de amostras 56,53% inferior a 2015. Tal fato se deu devido a atraso por parte do cliente do início da execução de determinados programas em 2016. A Unidade COI recebeu um quantitativo muito pequeno de amostras em 2016 em função da necessidade de atendimento a demandas por validação de novos métodos, conforme entendimentos mantidos com a CGAL,

especialmente para determinação de contaminantes inorgânicos em leite. Além disso, parte das análises para determinação de mercúrio em aves, bovinos e suínos não puderam ser realizadas em 2016 por atraso na qualificação do equipamento utilizado no método.

Cabe registrar um aumento significativo no quantitativo de ensaios realizados pela Unidade CVR, em função da retomada dos testes de potência em vacinas antirrábicas a partir do fornecimento de camundongos pelo Biotério da UNICAMP. Tal fornecimento ainda é insuficiente para atendimento às demandas por ensaios, porém espera-se que com a conclusão da reforma de adequação da estrutura física do Biotério do Lanagro-SP, seja possível ampliar a colônia de animais, possibilitando aumentar o quantitativo de amostras de vacinas antirrábicas testadas quanto à sua potência.

Também houve um acréscimo notável no quantitativo de ensaios realizados em vacinas aviárias, em função da implementação do teste de inocuidade e da ampliação da capacidade laboratorial para realização dos testes de esterilidade.

Ao se comparar a meta física estipulada pela CGAL no Plano Orçamentário do Lanagro-SP (realização de 65.043 ensaios) com o efetivamente realizado (108.907 ensaios), nota-se uma discrepância muito grande, justificada principalmente pela grande quantidade de amostras processadas para atendimento a um inquérito epidemiológico para doenças aviárias. O inquérito foi realizado em 2015, mas parte dos ensaios foi concluída em 2016. Cabe destacar, no entanto, que o Lanagro-SP vem aumentando paulatinamente o número de ensaios realizados por amostra (vide figura 2.3.1, a seguir), o que evidencia a evolução tecnológica crescente, a despeito de todas as dificuldades para obtenção de recursos para capacitação. Estes resultados são devidos principalmente à aquisição de equipamentos mais modernos, que permitem a realização de um mesmo ensaio para determinação de diferentes analitos (ensaios multirresíduos).

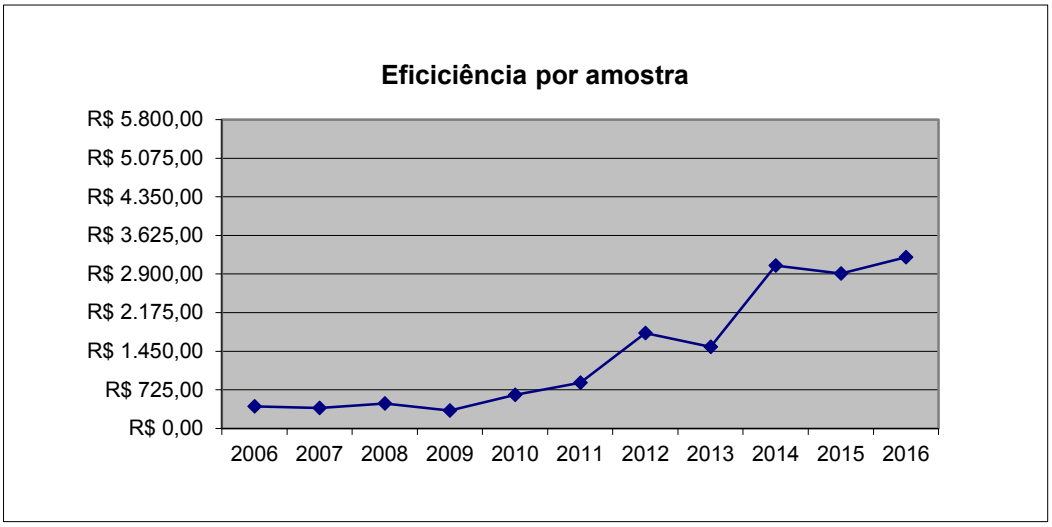


Fonte: DLAB/Lanagro-SP

Figura 2.3.1 - Evolução histórica da relação do número de ensaios realizados por amostras recebidas no Lanagro-SP (2006-2016).

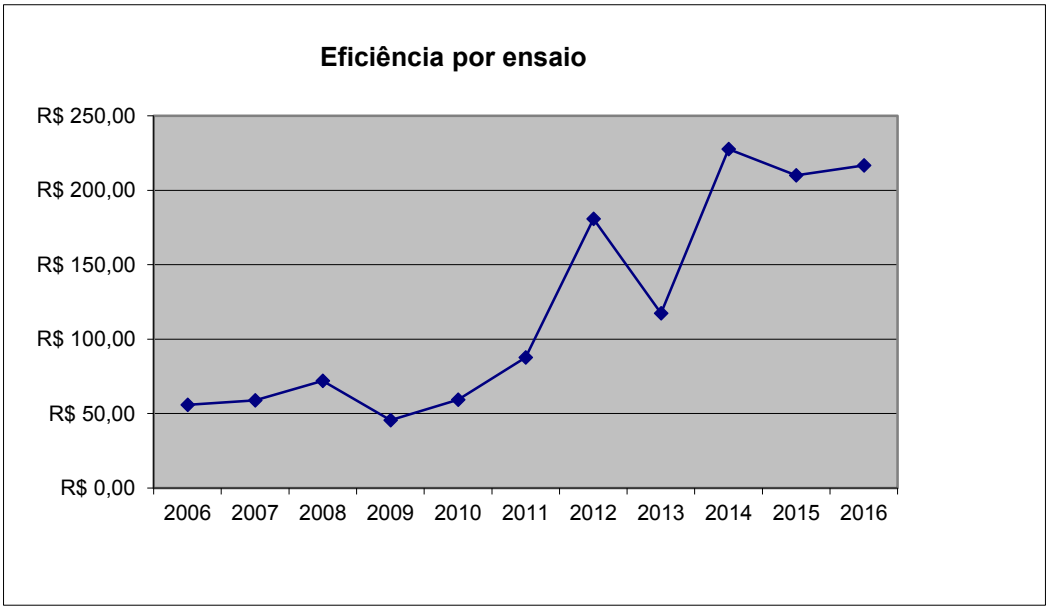
Considerando o número de amostras processadas e o montante de recursos empenhados em 2016 (descontando-se os valores de investimentos e recursos utilizados para contratação de laboratórios credenciados), concluímos que para cada amostra processada houve um custo de R$

3.216,06. Embora esse valor seja muito similar ao dos dois anos anteriores (conforme demonstrado no figura 2.3.2) é desejável que haja redução de despesas fixas para melhoria deste índice. A mesma situação se aplica ao custo por ensaio (R$ 216,58), a despeito da otimização dos métodos, conforme ilustrado na figura 2.3.3, a seguir. Vale a pena acrescentar que a despeito da otimização dos métodos com o uso de equipamentos mais rápidos e mais sensíveis, o uso de tais equipamentos gera um custo de manutenção maior.



Fonte: DLAB/Lanagro-SP

Figura 2.3.2 - Evolução histórica do indicador de eficiência por amostra (2006-2016)



Fonte: DLAB/Lanagro-SP

Figura 2.3.3 - Evolução histórica do indicador de eficiência por ensaio (2006-2016)

Foram realizadas nove auditorias em laboratórios credenciados pelo MAPA em 2016 (duas a mais que no ano anterior), com a participação de 11 técnicos do Lanagro-SP. Não há uma meta definida previamente pela CGAL para esta atividade. Nenhum dos técnicos participou de mais de uma auditoria em 2016, de forma que tal atividade não prejudicou a capacidade operacional do Lanagro-SP para realização de ensaios.

Com relação ao desempenho dos laboratórios credenciados, foram realizados 6.103.723 ensaios em 2016. Tal quantitativo supera em 9,03% o valor programado (5.598.326), porém não cabe ao Lanagro-SP analisar criticamente estes resultados, mas sim à CGAL, a quem compete o gerenciamento da rede credenciada.

No tocante às metas estabelecidas pela Alta Direção do Lanagro-SP para o ano de 2016 relacionadas à ampliação de escopo de acreditação junto ao INMETRO, informamos que houve atraso considerável na publicação da acreditação da SLAV/Jundiaí. Por conta disso, a ampliação de escopo pretendida para as Unidade BEB e FET foi adiada para 2017. Quanto às unidades de Campinas, o SGQ revisou, juntamente com os responsáveis por cada unidade, o planejamento estabelecido e, a partir desta revisão, deliberou-se o encaminhamento do seguinte escopo avaliado em novembro/2016:

- Determinação de Umidade e Voláteis por Gravimetria (FQA);
- Desglaciamento em pescado (FQA);
- Teste do gotejamento em carcaças de frango congeladas (FQA);
- *Salmonella* spp - Determinação qualitativa pela técnica de Presença/Ausência (MIC);
- Determinação de avermectinas por cromatografia líquida de alta eficiência com detector espectrofotométrico UV/VIS (MVA);
- Teste de Mensuração de pH em Vacinas Antirrábicas (CVR);
- Inibição da hemaglutinação para detecção de anticorpos para o vírus da influenza aviária (AVI);
- Inibição da hemaglutinação para detecção de anticorpos para o vírus da doença de Newcastle (AVI);
- Pesquisa de micoplasma em material avícola (AVI);
- PCR convencional de micoplasma (AVI);
- Sequenciamento genético do gene F do vírus da doença de Newcastle (AVI);
- Sequenciamento genético do gene HA para sub-tipificação e determinação da patogenicidade viral (AVI);
- Titulação de vacinas vivas da Doença de Newcastle – Ovos embrionados (AVI);
- Teste de esterilidade em vacinas vivas da Doença de Newcastle (AVI).

Ao término da auditoria houve recomendação para ampliação de todo o escopo submetido, desde que atendidas as não conformidades, o que deverá ocorrer no início de 2017.

Os resultados relativos às metas para a área de TI serão abordados no item 4.3, referente à gestão de TI. Com relação às metas para as adequações de infraestrutura, listamos a seguir os resultados alcançados:

- Adequação da estrutura civil do prédio conhecido como "Palácio das Águas": esta demanda precisa ser reavaliada à luz de novo estudo encabeçado pela Unidade PMS quanto à viabilidade da manutenção do atual sistema de tratamento de água para uso laboratorial;
- Adequação da rede de distribuição de água deionizada: Será necessário reavaliar à luz do estudo mencionado acima;
- Conclusão da obra do novo laboratório para atendimento à Unidade AVI: a obra permanece em andamento, com previsão de conclusão no início de 2017, conforme já detalhado em outro capítulo do presente relatório;
- Adequação da rede de distribuição de vapor: este projeto foi submetido à equipe de engenharia da CGAL para revisão. De qualquer forma, não houve disponibilização de recurso orçamentário necessário para sua concretização;
- Construção de guarita para o vigilante na base física de Jundiaí: foi construída uma estrutura provisória que atende de forma paliativa a necessidade. Para a solução definitiva deverá ser elaborado projeto executivo com recursos advindos do contrato de manutenção predial;
- Adequação da estrutura do Biotério, incluindo o processo relativo à limpeza do forro: tanto a limpeza do forro como a reforma da área de criação de camundongos foram realizados em 2016;
- Contratação de empresa especializada para execução de adequações necessárias para atendimento às normas do corpo de bombeiros na SLAV Jundiaí: a liberação de recurso orçamentário para esta contratação se deu de forma muito tardia. A licitação foi realizada na última semana de 2016, mas o processo não foi concluído a contento em função da falta de prazo para tratamento de recurso administrativo interposto por uma das empresas licitantes. Deverá ser iniciado novo processo licitatório em 2017;
- Adequação emergencial da cabine de média tensão da base física de Campinas: ação implementada;
- Aquisição de novos tanques para armazenamento de diesel: no aguardo de disponibilização de recurso orçamentário para contratação do projeto.
-

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

A partir da publicação do novo regimento interno dos Lanagros em maio de 2016, foi institucionalizado o SSG nos Lanagros e a CPG no âmbito da CGAL. Juntos, eles compõem o Grupo de Gestão Estratégica da Rede Lanagro. Entre suas principais atribuições, estão as de implementar e manter ferramentas de gerenciamento estratégico, entre as quais incluem-se os indicadores de desempenho estratégicos.

Por este motivo, os indicadores que estavam sendo mensurados até o momento, foram totalmente revisados, sendo alguns descontinuados, outros ajustados à luz da missão e visão que foram revistas pelo grupo e alguns novos indicadores acrescentados.

A lista atual de indicadores de gestão estratégica contempla 25 indicadores, porém, devido à complexidade de sua implementação, ela será feita de forma escalonada. Num primeiro momento foram selecionados sete indicadores para serem mensurados, conforme quadro 2.4.1, abaixo.

Quadro 2.4.1– Indicadores Estratégicos da Rede Lanagro

REDE LANAGRO - RESUMO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS								
Ind	Nome	Objetivo Estratégico	Justificativa	Breve Descrição	Fórmula	Unid.	Frequência de Mensuração	Polaridade
03	Percentual de reclamações procedentes solucionadas	Ser referência na prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária Melhorar integração e comunicação com clientes e parceiros	Diante da perspectiva de ser referência na prestação de serviços e de ter uma política de melhoria contínua, é fundamental possuir canais de recebimento de opiniões, inclusive de reclamações, dos usuários em relação aos serviços prestados e é fundamental também ter uma sistemática de tratamento e de resposta a tais reclamações.	Mede a resolução de reclamações e consultas resolvidas (ouvidoria, pesquisas de cliente e SIC)	PRPS = (RPS/RPR)*100 PRPS = Percentual de reclamações procedentes solucionadas RPS = quantidade de reclamações procedentes solucionadas RPR = quantidade de reclamações procedentes recebidas	%	Semestral	Maior, melhor
09	Percentual de métodos validados ou com desempenho verificado	Desenvolver, validar e divulgar métodos	A validação ou a confirmação de desempenho de métodos é relevante para a Rede, uma vez que atesta a qualidade e confiabilidade dos processos e resultados laboratoriais executados	Mede a proporção de métodos com Validação (ou com verificação de desempenho) em relação ao total de métodos em execução nos Lanagros	%MV = (NMV/ME)*100 %MV = percentual de métodos validados NMV = quantidade de métodos validados ME= quantidade de métodos em execução pela Rede Lanagro	%	Trimestral	Maior, melhor
12	Percentual de amostras analisadas	Aprimorar a capacidade de atendimento às demandas	Acompanhar o processamento de amostras recebidas na Rede Lanagro, de forma a perceber o atendimento tempestivo das demandas da defesa agropecuária nacional	Mede o processamento tempestivo das amostras recebidas na Rede Lanagros	PAR = (NAPR/NARR)*100 PAR = Percentual de amostras analisadas NAPR=quantidade de amostras analisadas no tempo pré-estabelecido NARR=quantidade de amostras recebidas	%	Semestral	Maior, melhor
14	Número de manuais e normas publicados	Harmonizar procedimentos da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários	A padronização de normas e procedimentos administrativos e técnicos da rede laboratorial possibilita que seus resultados e ações sejam equivalentes e facilmente comparáveis, permitindo melhor gestão da rede	Mede o número de manuais e normas publicados para fins de padronização de procedimentos (técnico ou administrativo*), dentre aqueles identificados como prioritários	Somatório do número de manuais e normas publicados.	Número	Semestral	Maior, melhor
15	Percentual de ensaios acreditados	Ampliar a acreditação na ISO 17025	Para alcançar a excelência na prestação de serviços laboratoriais, a Rede Lanagro necessita ampliar a acreditação de seus ensaios de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17.025 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração, assegurando a rastreabilidade e confiabilidade dos resultados.	Mede o percentual de ensaios dos Lanagros acreditados na ABNT NBR ISO/IEC 17025 - Requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaio e calibração.	PEA = (NEA/NTE)*100 PEA = Percentual de ensaios acreditados NEA = quantidade de ensaios acreditados NTE = quantidade total de ensaios	%	Semestral	Maior, melhor
17	Percentual de auditorias realizadas	Aumentar eficiência no controle da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários	A realização de auditorias in loco constitui importante ferramenta para o controle de laboratórios, uma vez que possibilita a verificação de parâmetros como a infraestrutura, fluxo de análise, rastreabilidade de registros e documentos	Mede o percentual de auditorias realizadas na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários em relação às auditorias necessárias	PARP = (AR /AN) *100 PARP = Percentual de auditorias realizadas AR = quantidade de auditorias realizadas AN = quantidade de auditorias necessárias	%	Trimestral	Maior, melhor
19	Percentual dos questionários de satisfação respondidos	Melhorar integração e comunicação com clientes e parceiros Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais	Pesquisas de satisfação de clientes são excelentes mecanismos de comunicação com os cliente, utilizadas para monitorar e promover melhorias nos processos internos. Assim, o percentual de clientes que respondem às pesquisas de satisfação, ou seja, número de clientes que mantêm uma relação de cooperação com o laboratório, é capaz de indicar a eficácia das ações que visam melhorar a integração e a comunicação com os clientes e parceiros	Mede a resposta dos clientes ao questionário aplicado pelos Lanagros.	PQSR = (QR/QE) *100 PQSR = percentual do questionário de satisfação respondido QR = quantidade de questionário respondidos QE = quantidade de questionário enviados	%	Anual	Maior, melhor

Fonte: SSG/Lanagro-SP

Os resultados destes indicadores foram analisados criticamente na 2ª RAE - Reunião de Análise Estratégica da Rede Lanagro, realizada em fevereiro de 2017.

Convém destacar que a implementação da gestão estratégica na Rede Lanagro está num momento de padronização de coleta de informações e harmonização de procedimentos e, portanto, sujeita a mudanças e ajustes de suas ferramentas de análise – inclusive os indicadores – ao longo dos próximo exercícios. Esse processo é perfeitamente normal, pois através dele é que se consegue consolidar as diretrizes de coleta de dados entre os vários atores do processo. Seguem, no quadro 2.4.2, resultados dos indicadores de desempenho para o Lanagro-SP nos anos de 2015 e 2016.

Quadro 2.4.2– Indicadores Estratégicos da Rede Lanagro

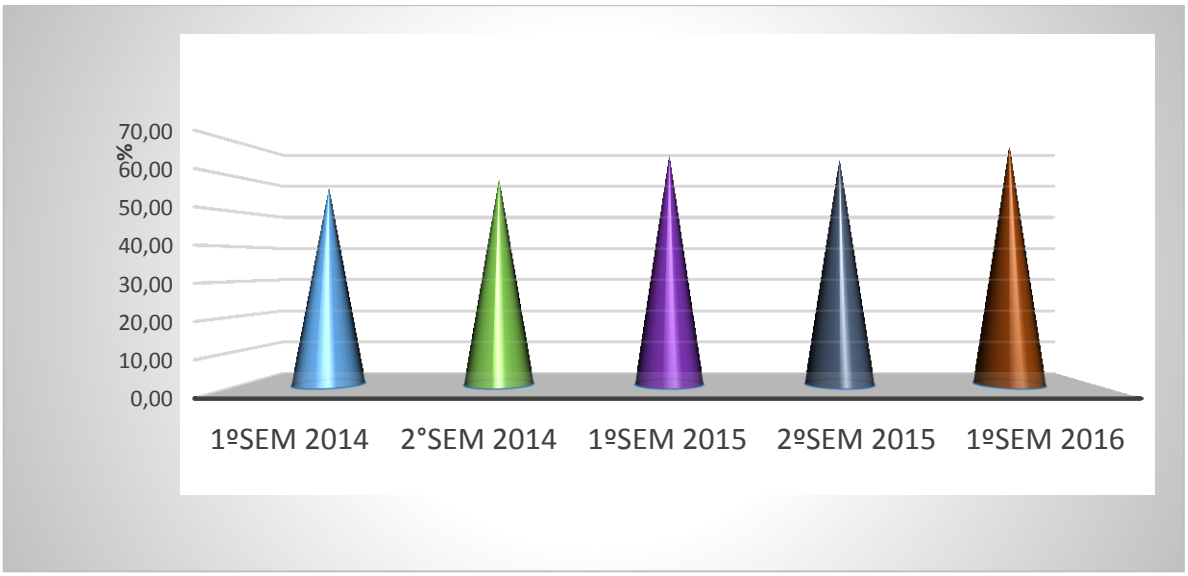
Indicador	Resultado		Meta
	2015	2016	
Percentual de reclamações procedentes solucionadas	100%	100%	90%
Percentual de métodos validados ou com desempenho verificado	25,2%	23,1%	90%
Percentual de amostras analisadas	70,8%	85,2%	85%
Percentual de ensaios acreditados	15,1%	11,9%	30%
Percentual dos questionários de satisfação respondidos	11,8%	12,0%	20%

Fonte: SSG/Lanagro-SP

Resumidamente, podemos elencar os seguintes pontos de atenção para os indicadores e os resultados obtidos pelo Lanagro-SP:

- Percentual de reclamações procedentes solucionadas: necessidade de harmonizar na rede Lanagro o conceito de "reclamação procedente";
- Percentual de métodos validados ou com desempenho verificado: necessidade de definição urgente do escopo de análises dos Lanagros; necessidade de adequação da meta.
- Percentual de amostras analisadas: necessidade de estabelecer critérios para analisar criticamente os dados brutos da segmentação de cada Lanagro; estabelecer cadeia de comunicação rápida de adversidades identificadas nos resultados, permeando as unidades finalísticas, DLAB, COORD, CGAL e clientes, a fim de viabilizar ações rápidas para solução de problemas;
- Percentual de ensaios acreditados: necessidade de definição urgente do escopo de análises dos Lanagros; avaliar adequação da meta; estabelecer prioridades para acreditação;
- Percentual dos questionários de satisfação respondidos: necessidade de harmonizar o modelo de questionário entre os Lanagros; avaliar adequação da meta.

Além dos indicadores estratégicos e de eficácia listados acima, o Lanagro-SP trabalha também com indicadores da qualidade, relacionados ao atendimento ao Sistema de Gestão da Qualidade. Estes indicadores são mensurados semestralmente. Seguem, nas figuras 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3, os resultados dos indicadores da qualidade obtidos para o primeiro semestre de 2016, uma vez que a compilação dos indicadores referentes ao segundo semestre ainda não está disponível.

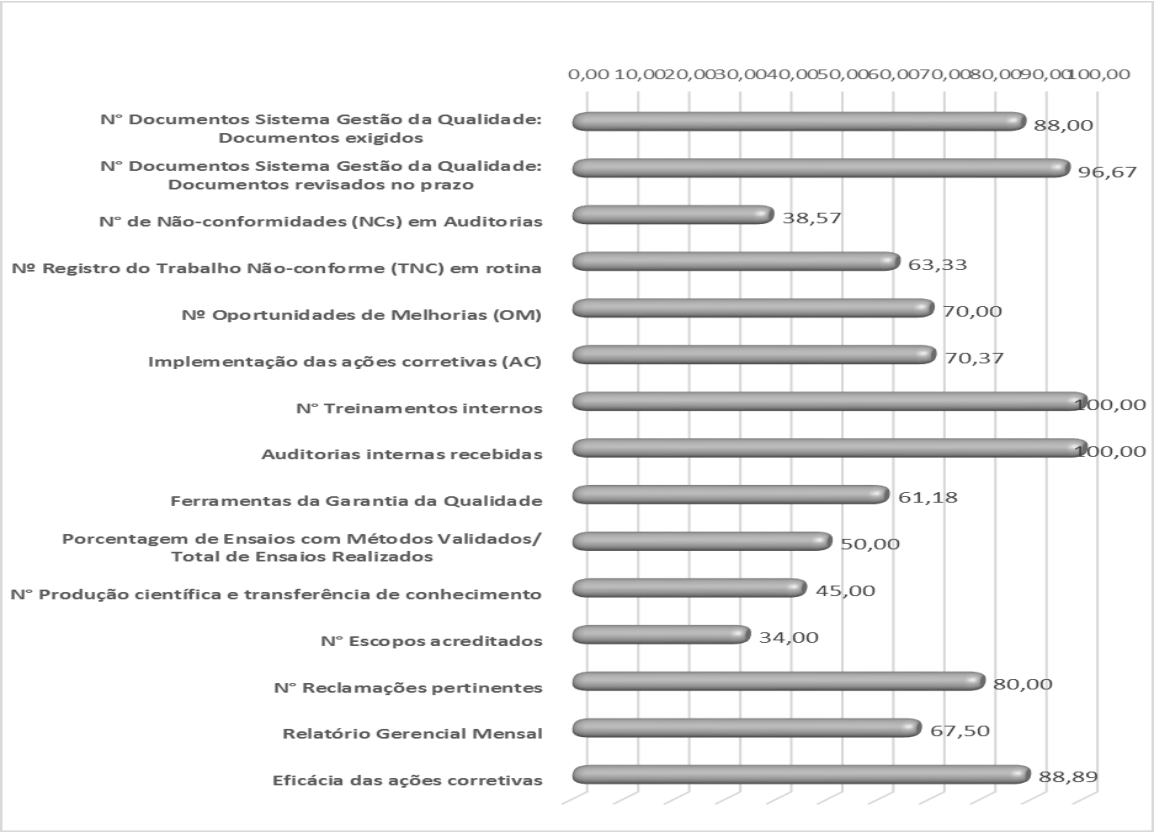


Fonte: SGQ/Lanagro-SP

Figura 2.4.1 – Índice geral de qualidade do Lanagro-SP (2014 a 2016).

Fonte:SGQ/Lanagro-SP

Figura 2.4.2 - Resultados dos indicadores da qualidade para as unidades de apoio (primeiro semestre de 2016).



Fonte:SGQ/Lanagro-SP

Figura 2.4.3 - Resultados dos indicadores da qualidade para as unidades técnicas (primeiro semestre de 2016).

Observa-se a manutenção da evolução em relação às avaliações anteriores, conforme evidenciado pelo resultado geral do Lanagro-SP (69,1% no primeiro semestre de 2016). Esta tendência de evolução dos índices tem se mantido desde a contratação dos serviços de mão de obra especializada de Analistas da Qualidade ocorrida em fevereiro de 2015. Além da atuação direta destes analistas dentro das unidades administrativas, a própria ação do SGQ é facilitada em decorrência do incremento no fluxo de informações com as unidades proporcionada pelo intercâmbio com os analistas.

Houve uma melhora significativa dos indicadores que estavam situados abaixo de 25% no final de 2015. Havia dois indicadores nesta condição na área técnica e três na área de apoio, dos quais apenas o indicador "Registro de trabalho não conforme em rotina", referente à área de apoio, manteve-se nesta faixa, ainda que tenha apresentado grande evolução (de 6,5% no segundo semestre de 2015 para 13,9% no primeiro semestre de 206). Todos os demais ultrapassaram essa faixa.

Continua sob atenção especial o indicador "Produção científica e transferência de conhecimento", que obteve índice de 45% no primeiro semestre de 2016. Não há perspectiva de que a situação melhore nos próximos ciclos devido às limitações dos recursos financeiros para a participação de colaboradores em congressos científicos. Outro agravante foi a finalização do projeto de cooperação com o MCT que alocava pesquisadores bolsistas do CNPq para realizarem validações de métodos, dentre outros projetos, o que acabava por gerar grande produção científica. Para atenuar esta situação adversa o Lanagro-SP deverá intensificar ações junto a universidades e outras instituições públicas e privadas no sentido de incrementar intercâmbios e cooperações técnico-científicas.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

O Lanagro-SP não possui uma estrutura definida de controle interno, tais como conselhos e comitês. O planejamento orçamentário é submetido à CGAL para avaliação e aprovação. As avaliações dos lançamentos financeiros são realizadas via SICAF tanto pela CCONT/MAPA como pela Secretaria do Tesouro Nacional.

No âmbito interno é realizada a tarefa de verificação de conformidade documental por servidor designado, o qual registra no SICAF a realização das conferências dos documentos fiscais.

O artigo 163, parágrafo 2º, inciso VII, da Portaria nº 99, de 12 de maio de 2016 institui que é de competência dos Coordenadores dos Laboratórios Nacionais Agropecuários instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente.

Cabe mencionar que o MAPA possui uma Corregedoria ligada diretamente à Secretaria Executiva. Esta Corregedoria assumiu as responsabilidades da antiga Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, sendo responsável por atender aos Lanagros no tocante a orientações técnicas sobre o tema. No entanto, a Corregedoria não tem a responsabilidade de instaurar processos no âmbito das unidades descentralizadas.

A fiscalização dos contratos é realizada por servidores designados em Portarias assinadas pelo Coordenador do Lanagro-SP. Além disso, dentro da estrutura da DAD, existe a SGC, responsável por conferir toda a documentação e atestar, quando pertinente, a conformidade quanto à execução financeira e administrativa do contrato.

Como parte da estrutura do Sistema de Gestão da Qualidade, o Lanagro-SP realiza auditorias internas com foco no atendimento aos requisitos da Norma ISO 17.025. Tais auditorias são planejadas pelo SGQ e abrangem tanto as unidades técnicas como as de apoio, incluindo o SEC e o SEOF. Todas as não-conformidades identificadas, seja em auditoria interna, em rotina (as próprias unidades podem e devem registrar suas não-conformidades como parte da abordagem da ISO 17.025), em Análise Crítica da Alta Direção ou em auditoria externa são registradas em sistema informatizado denominado “Sistema Gerenciador de Trabalhos Não-Conformes e Oportunidade de Melhorias”. O SGQ avalia as ações de correção propostas e monitora os prazos estipulados para sua implementação.

Os processos de aquisição, bem como aditivos relacionados a repactuações e reajustes de contratos são encaminhados à CJU-SP, conforme artigo 11 da Lei Complementar No 73/1993, e artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993 sendo os pareceres avaliados pela equipe da DAD e as adequações necessárias aprovadas pelo Coordenador antes da finalização do processo.

O Lanagro-SP não está atrelado a qualquer estrutura de governança externa, tais como auditorias independentes ou conselhos externos, com exceção das auditorias realizadas pelo INMETRO (órgão ao qual o Lanagro-SP é acreditado na Norma ISO 17.025 desde 2009) para avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade e eventuais auditorias da própria CGAL. Em ambos os casos o foco das auditorias recai sobre os aspectos técnicos das atividades finalísticas da Unidade e não sobre aspectos administrativos, como, por exemplo, a gestão orçamentária e financeira.

Eventualmente, o Lanagro-SP recebe missões internacionais para avaliar a equivalência de seus procedimentos com aqueles adotados pelos países importadores de produtos de origem animal e vegetal. Via de regra, estas auditorias também avaliam o atendimento aos requisitos da Norma ISO 17.025.

No ano de 2016 foram realizadas 18 auditorias internas, duas Reuniões de Análise Crítica da Alta Direção, foram recebidas duas missões internacionais (França e República Dominicana), uma auditoria da CGAL e uma auditoria do Inmetro.

Não houve registro de não conformidades nas duas missões internacionais.

Quanto à auditoria da CGAL, cujo alvo foi a área de resíduos e contaminantes em alimentos, foram apontadas cinco não conformidades, sendo três de caráter técnico e duas referentes a requisitos gerenciais, todas devidamente tratadas conforme procedimento interno.

A auditoria do Inmetro foi realizada na base física de Campinas e objetivou a manutenção do escopo de ensaios acreditados, bem como a ampliação do escopo em mais 15 ensaios. Foram apontadas seis não-conformidades para as quais todas as ações corretivas já foram implementadas e encaminhadas para a avaliação dos auditores.

3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

As atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos são de responsabilidade do Coordenador do Lanagro-SP, conforme inciso VII do §2º do Artigo 63 da Portaria N. 99, de 12 de maio de 2016. No período em análise foram instaurados dois processos relacionados a sindicância investigativa no âmbito do Lanagro-SP, ambos relacionados a apuração de fatos relacionados a processos licitatórios.

Um deles (Processo SEI 21053.001405/2016-95) foi instaurado por meio da Portaria nº 51/2016 de 19/09/2016, publicada no Boletim de Pessoal e Serviços do MAPA nº 27 de 30/09/2016. Considerando as motivações apresentadas pelo Presidente da Comissão, o prazo para conclusão dos trabalhos foi prorrogado por meio da Portaria nº 60/2016, de 27/10/2016, publicada no Boletim de Pessoal e Serviços do MAPA nº 31 de 10/11/2016. Mediante nova solicitação de prorrogação de prazo para conclusão e entrega do relatório final, devidamente justificada pelo Presidente desta Comissão de Sindicância, foi providenciada a publicação de Portaria para recondução da Comissão com os mesmos membros (Portaria nº 79/2016, de 01/12/2016, publicada no Boletim de Pessoal e Serviços do MAPA nº 34 de 12/12/2016). O relatório final foi encaminhado à Coordenação do Lanagro-SP em 28/12/2016. Em 16/01/2017 a Coordenação encaminhou o processo para apreciação pela CJU-SP. Após emissão do parecer jurídico, O Coordenador do Lanagro-SP emitiu o Termo de Julgamento, que foi publicado no Boletim de Pessoal n. 06, de 24/02/2017.

O segundo processo (Processo SEI 21053.000076/2017-46) foi instaurado por meio da Portaria nº 67/2016 de 29/11/2016, publicada no Boletim de Pessoal e Serviços do MAPA nº 34 de 12/12/2016. Considerando as motivações apresentadas pela Presidente da Comissão, o prazo para conclusão dos trabalhos foi prorrogado por meio da Portaria nº 5/2017, de 16/01/2017, publicada no Boletim de Pessoal e Serviços do MAPA nº 02 de 20/01/2017. Mediante nova solicitação de prorrogação de prazo para conclusão e entrega do relatório final, devidamente justificada pela Presidente desta Comissão de Sindicância, foi providenciada a publicação de Portaria para recondução da Comissão com os mesmos membros (Portaria nº 42/2017, de 20/02/2017, publicada no Boletim de Pessoal e Serviços do MAPA nº 06, de 24/02/2017). Os trabalhos encontram-se em andamento.

Os dois processos mencionados acima foram devidamente publicados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, por servidor designado para tal.

No período em tela não houve instauração de processos administrativos disciplinares no âmbito do Lanagro-SP.

3.3 Gestão de riscos e controles internos

Foi criado o "Comitê de Governança, Riscos e Controle" (CGRC/MAPA) por meio da Portaria MAPA Nº 276, de 02 de fevereiro de 2017, nos termos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 12 de maio de 2016. Compete a este Comitê, que se reunirá semestralmente:

- Promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;
- Propor a institucionalização de estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;
- Promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
- Garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- Promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

- Promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
- Aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- Supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
- Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
- Estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;
- Aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;
- Emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;
- Monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

O Lanagro-SP adota os procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade para gestão de riscos e avaliação contínua do atendimento aos objetivos da Unidade. O POP SGQ/007 (Controle do trabalho não-conforme e das oportunidades de melhoria), define que as unidades do Lanagro-SP possuem autonomia e responsabilidade para gerenciar seus trabalhos não-conformes e registrar as oportunidades de melhoria, ficando a cargo do SGQ o monitoramento das ações propostas e a verificação da eficácia das ações implementadas. Qualquer colaborador pode identificar trabalhos não-conformes e oportunidades de melhoria, sendo que o registro e o monitoramento dos mesmos se dá por meio de um sistema informatizado próprio.

A identificação de trabalhos não-conformes e oportunidades de melhoria pode ocorrer, em observações durante a rotina, em decorrência da reunião de análise crítica da Alta Direção, nos controles da qualidade, nas calibrações, nas verificações de materiais de consumo, por realimentação de clientes, entre outros.

Após a avaliação das ações tomadas para solucionar as não-conformidades pelo SGQ, as unidades devem elaborar um plano de acompanhamento para verificação da eficácia de cada ação, conforme diretrizes e prazos aprovados pelo SGQ.

A análise do funcionamento da sistemática mencionada acima para registro das não-conformidades e oportunidades de melhoria se dá por meio de reuniões de Análise Crítica da Alta Direção, conforme procedimentos estabelecidos no POP SGQ/019 – Análise Crítica pela Alta Direção.

Com relação à confiabilidade das informações financeiras geradas, cabe destacar que o SEOF também recebe auditorias internas, durante as quais os procedimentos operacionais são verificados quanto à sua pertinência e rastreabilidade. Praticamente todos os atos são praticados mediante utilização de sistemas informatizados governamentais, sendo que os dados utilizados para fins do presente relatório de gestão, foram extraídos do sistema gerencial do tesouro nacional. Parte das operações são verificadas pela CCONT/MAPA, que faz a conferência dos pagamentos realizados pelo Lanagro-SP, incluindo os percentuais aplicados para retenção fiscal.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Durante a vigência do resultado do concurso público realizado em 2014 (Edital SE/MAPA Nº 01, de 20/01/2014), todas as vagas autorizadas foram ocupadas. Segundo mostram os dados do quadro 4.1.1.1, os três servidores ingressos no ano de 2016, todos foram relativos a convocação de vagas em aberto oriundas do concurso público de 2014. Dos cinco egressos, um foi devido a aposentadoria, dois por vacância (servidores aprovados em outro concurso público), um foi exonerado a pedido e um foi removido de ofício. Vale ressaltar que tanto a exoneração a pedido como as vacâncias foram de servidores aprovados no concurso de 2014, sendo um da área meio (agente administrativo) e dois da área fim (auxiliares de laboratório). A remoção de ofício se deu por uma necessidade do Lanagro-MG de contar com um AFFA para atuar na produção de imunorreagentes para atendimento a uma demanda urgente relacionada ao diagnóstico de Mormo.

Quadro 4.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	111	106	3	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	111	106	3	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	111	105	3	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	111	106	3	5

Fonte: SGP/DAD/Lanagro-SP

O quadro de pessoal do Lanagro-SP está aquém de suas necessidades tendo em vista as demandas crescentes dos clientes. Há uma necessidade de incremento de 10 auxiliares de laboratório, 10 técnicos de laboratório, sete AFFAs e 10 agentes administrativos. São necessários ainda, dois analistas de TI, um técnico em gestão ambiental, um técnico em segurança do trabalho e um psicólogo, porém não há perspectiva concreta de atendimento a estas demandas.

Quadro 4.1.1.2– Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	20	86
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	20	86
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	20	85
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	20	86

Fonte: SGP/DAD/Lanagro-SP

O quadro 4.1.1.2, ilustra a distribuição dos servidores entre as áreas meio e fim. Considerou-se como área meio as atividades desenvolvidas no âmbito da Divisão de Apoio Administrativo e Coordenação. As atividades relacionadas a apoio técnico, tais como Biotério, Recepção de Amostras, Produção de Meios de Cultura e Lavagem e Esterilização de Materiais foram

consideradas como área fim. A proporção observada (1 servidor da área meio para cada 4,3 servidores da área fim) parece adequada, embora haja carência de pessoal em ambas as áreas.

O quadro 4.1.1.3, abaixo, detalha a estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas. Os cargos em Comissão referem-se a DAS 101.3 (n = 1), DAS 101.2 (n = 2) e DAS 101.1 (n = 4) e as funções gratificadas a FG-1 (n = 8) e FCT-6 (n = 3).

Quadro 4.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	7	7	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	7	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	10	10	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	9	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	17	17	2	2

Fonte: COORD/Lanagro-SP

No período houve uma exoneração de função gratificada e uma exoneração de cargo em comissão seguidas, imediatamente, pelas respectivas nomeações. Tais alterações foram motivadas pela revisão do regimento interno dos Lanagros (Portaria N. 99/2016), especialmente pela criação da SLAV/Jundiaí e do SSG. Infelizmente, em função do quantitativo insuficiente de FGs disponíveis, não está sendo possível contemplar todos os responsáveis pelas unidades finalísticas, o que seria altamente desejável, a fim de motivar os servidores que exercem funções de responsabilidade técnica.

O quadro 4.1.1.4, abaixo, detalha a distribuição dos servidores lotados no Lanagro-SP com respeito à faixa etária.

Quadro 4.1.1.4– Distribuição por faixa etária dos servidores lotados na UPC

Faixa etária	Número de servidores	%
Abaixo de 25 anos, inclusive	8	7,5
Entre 26 e 35 anos	57	53,8
Entre 36 e 45 anos	16	15,1
Entre 46 e 55 anos	15	14,2
Entre 56 e 65 anos	10	9,4
Acima de 66 anos	0	0,0
TOTAL	106	100,0

Fonte: SGP/DAD/Lanagro-SP

Quando comparado com relatórios anteriores, fica evidente que a partir do concurso público realizado em 2014, aumentou significativamente o percentual de servidores mais jovens. Atualmente há servidores em condições de solicitar aposentadoria, o que significa um risco de evasão a considerar.

No tocante às licenças para tratamento de saúde, houve três casos mais críticos, com períodos de afastamentos para cada servidor de 122, 36 e 33 dias de um total de 409 dias. Também contribuíram para redução da força de trabalho uma licença maternidade (início no final de 2016) e duas licenças prêmio por assiduidade. Houve, também, 418 afastamentos relativos a comparecimento em consulta médica. De uma forma geral, pode-se afirmar que tais situações não comprometeram de

forma decisiva o andamento dos trabalhos, uma vez que as ausências foram supridas por demais membros da equipe.

O quadro 4.1.1.5 abaixo, detalha o nível de escolaridade dos servidores lotados no Lanagro-SP, independentemente do exigido para o cargo que ocupa.

Quadro 4.1.1.5 – Distribuição por nível de escolaridade dos servidores lotados na UPC

Escolaridade	Número de servidores	%
Fundamental	1	0,9
Médio	21	19,9
Superior	55	51,9
Mestrado	14	13,2
Doutorado	15	14,1
TOTAL	106	100,0

Fonte: SGP/DAD/Lanagro-SP

Quando comparado com dados de relatórios anteriores, percebe-se um aumento no percentual de servidores com ensino superior, mestrado e doutorado e uma redução no percentual de servidores com ensino médio. Essas alterações ocorreram em razão da admissão de servidores aprovados no concurso público de 2014. De qualquer forma, destaca-se, de forma geral, que a maioria dos servidores possui um nível de escolaridade superior ao exigido pelo cargo e que a ausência de benefício financeiro é um desestímulo à realização de cursos de pós-graduação e de evasão do cargo que ocupa.

Quanto à política de capacitação, o Lanagro-SP adota o seguinte procedimento: as unidades técnicas e de apoio preenchem semestralmente um formulário (FORM UGQ/42 – Metas de Capacitação), identificando as necessidades de treinamento. O conteúdo deste formulário é analisado criticamente pela DLAB, que anualmente compila os dados e encaminha uma listagem com os treinamentos prioritários para a CGAL, que por sua vez faz uma nova avaliação para encaminhamento às instâncias superiores do MAPA com vistas à publicação do PAEC. O PAEC é publicado no site do MAPA. Após a publicação do PAEC os responsáveis poderão dar início aos trâmites para requisição das capacitações, porém não há garantias de que haverá recurso suficiente para a participação do servidor no evento. Eventualmente pode-se solicitar determinada capacitação que não esteja prevista no PAEC, mas a possibilidade de deferimento pelo órgão central é mínima.

Considerando as dificuldades na obtenção de treinamentos externos, principalmente em tempos de contenção de gastos pelo Governo Federal, o Lanagro-SP procura estimular eventos de capacitação interna (trazendo especialistas, por exemplo, para ministrar cursos no Lanagro-SP ou contando com a colaboração dos próprios servidores lotados no Lanagro-SP ou em outros Lanagros) e repasse de treinamentos, no intuito de capacitar o maior número de pessoas a baixo custo. O Lanagro-SP também estimula a realização de cursos de idiomas "*in company*", os quais são custeados pelos colaboradores. De qualquer forma, é importante ressaltar que a falta de recursos para capacitações tem sido um problema crônico para o Lanagro-SP, com prejuízos consideráveis, tendo em vista a necessidade de atualização constante nas tecnologias e metodologias empregadas na rotina de um laboratório de referência.

Com relação aos recursos investidos em capacitação, em 2016 foram gastos R$ 13.612,79 com pagamento de diárias e R$ 18.680,66 com passagens aéreas, totalizando R$ 32.298,69. Dividindo este valor pelo total de servidores lotados no Lanagro-SP, temos um investimento de R$ 304,70/servidor/ano. Apesar dos valores terem mais que quintuplicado, ainda verifica-se um baixo valor gasto em capacitações uma vez que o Lanagro-SP teve seu quadro de pessoal bastante renovado a partir do concurso público de 2014.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Os dados serão informados no Relatório de Gestão da SFA/SP, uma vez que o processamento das folhas de pagamento é realizado pelo Serviço de Gestão de Pessoas daquela

Superintendência (SGP/DAD/SFA-SP) até que o Lanagro-SP tenha servidores administrativos devidamente capacitados para absorver esta atividade.

Segundo informações prestadas pela chefe do SGP/SFA/SP, os dados informados no Relatório de Gestão da SFA/SP são emitidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MAPA e já vêm consolidados de todas as UORGs, incluindo o Lanagro-SP, não sendo possível prestar a informação de forma separada.

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Como possíveis riscos na gestão de pessoas, temos basicamente quatro situações a considerar: desmotivação e evasão de pessoal em função de ausência de plano de carreira adequado, especialmente no caso dos agentes administrativos; desmotivação e evasão de pessoal devido à qualificação técnica superior ao exigido pelo cargo, especialmente no caso dos auxiliares de laboratório; redução do efetivo de pessoal em função de aposentadoria; impossibilidade de capacitação do pessoal devido à carência de recursos orçamentários destinados para esta finalidade.

As providências adotadas para mitigação dos riscos supracitados foram: gestões junto às instâncias superiores para implementação de um plano de carreira adequado para os agentes administrativos (processo SEI N. 21053.000627/2016-91); incentivo à participação de servidores em comissões ligadas ao Comitê de Assessoramento à Alta Direção do Lanagro-SP, independentemente do cargo ocupado; gestões junto às instâncias superiores para realização de concurso público com urgência, especialmente visando a contratação de auxiliares de laboratório (processo SEI N. 21053.001160/2016-04); promoção de capacitações internas a baixo custo, como repasses de treinamentos, por exemplo, e capacitações com apoio de colegas da rede Lanagro.

Com relação a providências relacionadas à identificação de eventual irregularidade relacionada ao pessoal, foi encaminhado pela Coordenação o Memorando Nº 72/2016 para que os servidores preenchessem um questionário relacionado ao acúmulo de cargos, funções e empregos públicos. O questionário foi preenchido por todos os servidores, sendo que nenhum relatou o exercício de outra atividade remunerada.

No tocante à terceirização irregular de cargos, o concurso público de 2014, teve por objetivo exatamente a extinção de contratos relacionados a prestação de serviços técnicos das áreas-fim, de tal forma que em 2015 já não havia mais nenhuma terceirização indevida no âmbito do Lanagro-SP. O quadro não se alterou em 2016.

Com relação às questões de nepotismo envolvendo contratos regulares de terceirização, a Coordenação encaminhou o Memorando Nº 73/2016 aos servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções gratificadas a fim de que comunicassem a existência de familiares em contratos de terceirização no âmbito do Lanagro-SP, cuja situação se enquadrasse no Artigo 7º do Decreto Nº 7.203/2010. Todos responderam negando irregularidades. O Lanagro-SP não recebeu no período em análise qualquer tipo de denúncia relacionada ao tema.

Considerando o acima exposto, o Lanagro-SP não possui, salvo melhor juízo, nenhum servidor em situação irregular.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

O quadro 4.1.4.1, a seguir, traz informações sobre a contratação de mão-de-obra terceirizada no âmbito do Lanagro-SP, vigentes em 31/12/2016. Todos os contratos atendem as condições legais, não havendo qualquer terceirização irregular no âmbito do Lanagro-SP.

Quadro 4.1.4.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem, jardinagem, higienização têxtil, desinsetização e desratização.	Guima Conseco Construção, Serviços e Comércio Ltda (59.519.603/0001-47)	01/07/2013	30/06/2017	Fundamental (29 postos) e Médio (1 posto)	Ativo Prorrogado
2012	Prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada.	Treze Listas Segurança e Vigilância Ltda. (62.874.094/0001-85)	12/09/2012	12/09/2017	Fundamental (10 postos) e Médio (1 posto)	Ativo Prorrogado
2015	Contratação de Técnicos de Laboratório (Bioterista) para a prestação de serviços de apoio às atividades da Unidade de Biotério do Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO/SP, de forma indireta e contínua, com vistas a prover suporte aos serviços executados pelas unidades da Instituição	Fundepag Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio	01/08/2015	01/02/2018	Médio (16 postos) e Superior (2 postos)	Ativo Prorrogado
2013	Prestação de serviços de motoristas e encarregado de transporte.	Steintemp Gestão de Pessoas Ltda. (05.400.513/0001-03)	27/05/2013	27/05/2017	Fundamental (3 postos) e Médio (1 posto)	Ativo Prorrogado
2015	Prover suporte aos serviços executados pelas unidades da Instituição (ADMj, DAD, UGQ e Logística)	Staff's Recursos Humanos Ltda. (00.009.062/0001-64)	06/07/2015	26/02/2017	Médio (27 postos) e Superior (7 postos)	Ativo Prorrogado
2015	Prover suporte aos serviços executados pelas unidades da Instituição (ADMj, DAD, UGQ e Logística)	Staff's Recursos Humanos Ltda. (00.009.062/0001-64)	26/02/2015	26/02/2017	Médio (13 postos) e Superior (4 postos)	Ativo Prorrogado
2015	Prover suporte aos serviços executados pelas unidades da Instituição (ADMj, DAD, UGQ e Logística)	Beltis Comércio e Prestação de Serviços em Informática (09.116.592/0001-86)	26/02/2015	25/02/2017	Fundamental (10 postos) e Médio (9 posto)	Ativo Prorrogado
2013	Prestação de serviço para aprimorar e automatizar processos, bem como alinhar a área de TI às necessidades da organização.	Beltis Comércio e Prestação de Serviços em Informática (09.116.592/0001-86)	01/11/2013	31/12/2016	Superior (3 postos), sendo dois deles suprimidos no período de novembro a dezembro	Inativo
2013	Prestação de serviços técnicos de operação, manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, materiais e mão-de-obra.	M Service Ltda. (02.948.998/0001-86)	25/11/2013	23/11/2017	Ensino Fundamental (2 postos), Médio (10 postos) e Superior (2 postos)	Ativo Prorrogado

Fonte: SGC/DAD/Lanagro-SP

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura
4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A gestão e controle do patrimônio do Lanagro-SP é realizada por meio de Seção de Almoxarifado e Patrimônio (SAP/DAD).

O Lanagro-SP é composto por duas bases físicas, ambas de propriedade da União localizadas em Campinas-SP (RIP: 6291.00082.500-9) e Jundiaí-SP (RIP: 6619.00009-500-3), cujas áreas são 314.650,00 m^2 e 1.606 m^2, respectivamente. A Unidade de Campinas conta com 18 prédios, totalizando 10.427,94 m^2 de área construída. Os imóveis estão avaliados respectivamente em R$ 5.717.496,91 e R$ 1.409.602,98, conforme última avaliação realizada em julho/2015, sendo que todos os dados relativos aos mesmos encontram-se disponíveis para consulta no sistema SPIUnet.

Em 2016 foram investidos R$ 119.078,90 em manutenção/reforma dos imóveis na base física de Campinas (sem contar o contrato de manutenção predial, que inclui o provimento de peças e serviços adicionais), sendo realizadas as seguintes melhorias: manutenção preventiva e corretiva das caldeiras geradoras de vapor, elaboração de projetos para manutenção do sistema SPDA (Para Raios) e da rede elétrica de média tensão, manutenção corretiva em mufla da rede de média tensão e substituição de cruzeta danificada em poste, aquisição e instalação de portas vedantes para as unidades AVI e CVR, impermeabilização de vigas das Unidades BIT/PMS, substituição de vidros danificados em diversos prédios, aplicação de manta asfáltica nos forros das Unidades MIC, CVR e AVI (área de biossegurança) visando a prevenção de infiltração por águas pluviais, identificação e saneamento de vazamentos em diversos pontos da rede hidráulica, realização de manutenção estrutural e impermeabilização do principal reservatório de água da base física de Campinas (100.000 litros), visando a contenção de vazamentos, contratação de empresa especializada para elaboração de projeto visando a perfuração de poço artesiano (relatório final concluiu pela possibilidade de perfuração do poço, restando agora a contratação de empresa especializada para realização do serviço) e contratação de empresa especializada para elaboração de projeto visando a construção de uma passarela interligando a área administrativa aos laboratórios (projeto elaborado em fase final de revisão).

Na base física de Jundiaí, foram realizadas as seguintes melhorias: supressão de árvores no estacionamento por funcionários da Prefeitura, as quais estavam colocando em risco o patrimônio público e a saúde dos funcionários, devido à iminência de queda e adequação da sala de treinamentos com instalação de divisórias, pintura e troca de piso.

A manutenção predial de rotina se dá por meio de contrato de prestação de serviços contínuos com locação de mão-de-obra, incluindo dois engenheiros, um eletrotécnico, dois ajudantes de manutenção elétrica (sendo um deles lotado em Jundiaí), um ajudante de manutenção mecânica, um ajudante de manutenção predial, dois oficiais de manutenção predial (sendo um lotado em Jundiaí), um oficial de manutenção mecânica, dois operadores de caldeira (um em cada turno) e dois técnicos em refrigeração e climatização. Este mesmo contrato prevê o fornecimento de peças e pequenos serviços adicionais. No entanto, caso o serviço demandado seja de maior complexidade realiza-se processo licitatório específico.

Com relação aos riscos relacionados à gestão dos imóveis, destacamos que há uma área de 50.844,60m² do imóvel de Campinas-SP cedida por tempo indeterminado à Prefeitura Municipal de Campinas, com vistas à construção de um Avenida (Portaria SPU/SP Nº 45, de 08 de outubro de 2012). Aguarda-se a regularização da matrícula do imóvel junto ao Cartório para dar início ao trâmite de doação definitiva da área. Com relação à regularização do imóvel, o assunto está sendo acompanhado pela CGU e será comentado no capítulo do presente relatório relacionado ao "Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno". Há necessidade de obtenção de alvará de funcionamento para as duas bases físicas. Há necessidade de melhoria nos aspectos de segurança, o que deverá ser providenciado em 2017 por meio da contratação de serviço de vigilância eletrônica.

Está em estudo na CGAL, a possibilidade de reconhecimento do Lanagro-SP com área sensível para segurança nacional, em função dos aspectos relacionados à biossegurança, o que poderia trazer importantes benefícios ao órgão.

4.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O Lanagro-SP não possui imóveis alugados de terceiros.

4.3. Gestão da Tecnologia da Informação

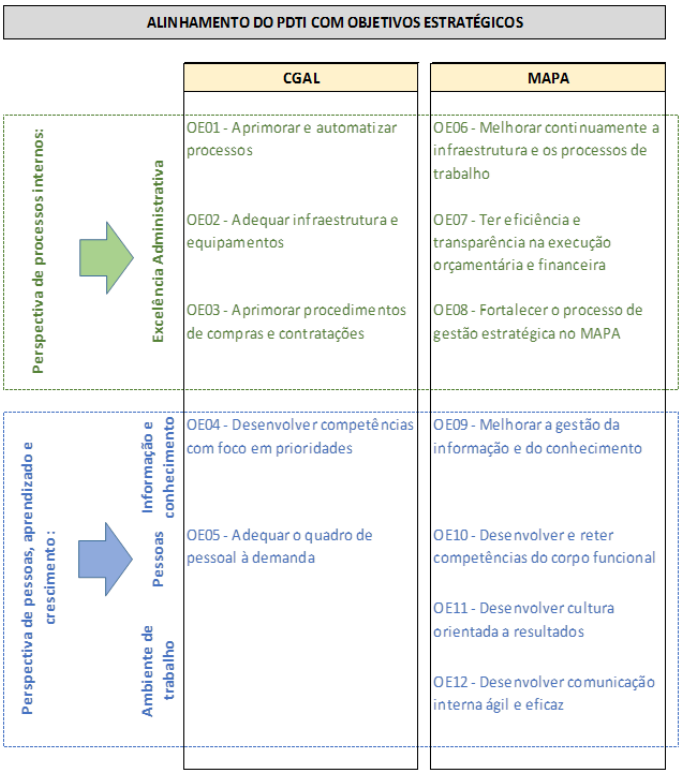
a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional

O Lanagro-SP elaborou em 2015 o seu próprio PDTI para o biênio 2016/2017, totalmente alinhado com o PDTI do MAPA. O PDTI, sendo uma ferramenta de planejamento e direcionamento de recursos tecnológicos, deve orientar todas as contratações e serviços executados na área de TI em conformidade com os objetivos institucionais.

O PDTI é o instrumento necessário para manter este alinhamento entre as iniciativas operacionais e as diretrizes estratégicas instituídas, além de induzir e aprimorar a prática do planejamento dentro da organização. No caso dos Lanagros, como são instituições providas do Mapa Estratégico do MAPA aplicado à CGAL, dispõe-se de indicadores atrelados a metas que guiam a melhoria contínua.

O PDTI do Lanagro-SP adota como referencial estratégico os Mapas Estratégicos do MAPA e da CGAL. Alguns objetivos estratégicos foram identificados como potenciais geradores de necessidades de negócio ou ações de TI e, portanto, foram elencados no quadro "Alinhamento do PDTI com Objetivos Estratégicos", conforme demonstrado no quadro 4.3.1 a seguir.

Quadro 4.3.1 - Alinhamento do PDTI com os objetivos estratégicos institucionais



Fonte: SSG/Lanagro-SP

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Tecnologia de Informação do Lanagro-SP representa um mecanismo de governança de TI. Ele é formado por representantes de áreas finalísticas e da própria TI e tem a função e o poder de priorizar as ações e dirigir o alinhamento dessas e dos investimentos com os objetivos estratégicos da organização, além de monitorar os resultados de desempenho da TI. Em 2016, houve a necessidade de reestruturar o comitê de TI do Lanagro-SP. Desta forma, foi publicada a portaria nº65/2016 de 28/11/2016 contendo a nova composição do comitê, conforme abaixo demonstrado:

- Maria de Fátima Martins Pinhel – Chefe da DLAB – Presidente;
- Fernando José Pires de Souza – Chefe do SGQ – Presidente substituto;
- Márcia Oliveira Parreira – Chefe da DAD – Membro;
- Carlos Eduardo Marchi – Chefe da SLAV/Jundiaí – Membro;
- Nathalie Scaranello Cartolano – Responsável Substituta da COI – Membro;
- Paulo Ananias Patrício – Responsável pela unidade de TI – Membro.

Além destes, ainda participam das discussões, o elaborador do PDTI designado pela Coordenação (servidor Luis Freddi Junior) e o Patrocinador do PDTI, que é o Coordenador do Lanagro-SP.

A principal atividade do Comitê refere-se ao monitoramento continuo do PDTI visando promover a execução controlada e planejada das ações operacionais de TI e o desembolso consciente e transparente de recursos necessários ao bom funcionamento do Lanagro-SP, o que se traduz em uma boa gestão da coisa pública.

Ao longo do período de validade do PDTI, o Comitê deve rever e atualizar o documento para atender às necessidades e estratégias organizacionais. Ainda que o Plano possa alcançar dois ou mais anos, deve ocorrer um processo de revisão, pelo menos anualmente, de modo a atualizar diretrizes, planos e, principalmente, consolidar a proposta orçamentária de TI para o exercício seguinte.

Em 2016, seguindo as regras do guia de elaboração do PDTI do SISP, o Comitê de TI se reuniu para revisar o documento à luz de novas necessidades locais que precisaram ser incorporadas ou ajustadas neste documento. Além disso, estas mesmas necessidades foram inseridas no "formulário das demandas" de tecnologia da informação, quando da solicitação da CGTI para preenchimento deste documento, que servirá de base para elaboração do PDTI do MAPA.

c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Considerando que toda a equipe de TI lotada no Lanagro-SP é terceirizada, não existe um plano de capacitação, uma vez que os técnicos contratados devem atender aos requisitos técnicos exigidos em Edital.

d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Para que o Lanagro-SP possa desempenhar as suas atividades laboratoriais é imprescindível contar com suporte contínuo em tecnologia da informação, a fim de garantir o bom funcionamento de todos os sistemas informatizados necessários à execução das atividades de rotina. A unidade INF é configurada para atender a demanda local, suportar os serviços implantados em

consonância com as diretrizes da CGTI, de forma a garantir o bom desempenho das atividades laboratoriais na parte de sistemas informatizados, eliminar e mitigar riscos ligados ao funcionamento de computadores que poderiam paralisar as atividades do laboratório.

A força de trabalho de TI é composta por colaboradores que atuam sob contrato de terceirização, sendo que atualmente o contrato prevê três postos de trabalho: Analista de Desenvolvimento de Sistemas, Analista de redes e de comunicação de dados e Analista de suporte computacional.

Cabe destacar que o contrato de TI que vigorou durante quase todo o ano de 2016 foi descontinuado. A partir da adesão do Lanagro-SP ao contrato de TI firmado no âmbito da CGTI (desde 01/11/2016), em atendimento a orientações da CGAL e da própria CGTI, deverá haver uma limitação com relação a prestação dos serviços, em função do próprio teor do contrato e também pela redução da equipe de TI, que de três integrantes, passou para apenas dois. Deverá ser avaliada a necessidade de incremento do contrato de TI, uma vez que com a migração para o contrato da CGTI o Lanagro-SP teve redução de um posto de trabalho.

Contribui também para o andamento dos trabalhos da unidade INF uma secretária júnior (contrato de prestação de serviços de apoio administrativo) e uma analista da qualidade (contrato de serviços de apoio operacional), que é compartilhada com outras unidades da DAD.

e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Mensalmente a Unidade INF encaminha um relatório à DAD contendo os seguintes dados extraídos do sistema informatizado para registro de chamados: quantitativo de chamados abertos, pendentes, finalizados, cancelados e qualificados; detalhamento das qualificações dos chamados, que são classificados pelo usuário como “Excelente”, “Bom”, “Regular”, “Ruim” ou “Péssimo”; tempo de atendimento dos chamados; distribuição dos chamados por unidade usuária.

f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Com relação às demandas elencadas para cumprimento em 2016, temos:

- Emissão de relatórios gerenciais mensais referentes ao número de amostras realizadas e ensaios executados: o sistema Gestor já permite a emissão dos relatórios gerenciais (com exceção da contabilização de ensaios pela Unidade AVI, que deverá ser feito mediante chamado junto à Unidade INF). Para que haja um monitoramento contínuo, a COORD determinou que o preenchimento do campo relacionado a amostras recebidas e ensaios realizados do FORM SGQ/046 – Relatório gerencial mensal – seja baseado nos dados gerados pelo sistema gestor. De qualquer forma, a sistemática de coleta desses dados sofrerá alterações quando o sistema LIMS estiver em produção (a partir de 2017);
- Realização dos pedidos de compras através do sistema gestor: esta ação foi implementada parcialmente, com a criação da funcionalidade de cadastro de produtos no Sistema, mas ainda há necessidade de inclusão de alguns grupos como material de expediente, material de informática, produtos de limpeza, EPIs, material de manutenção, material de coudelaria, entre outros. Atualmente os pedidos de compras anuais relacionados aos grupos cadastrados já estão sendo realizados através do sistema gestor;
- Emissão de relatórios gerenciais relativos a capacitação, viabilizando análise estatística dos dados: encontra-se em fase final de implantação o módulo relacionado ao registro de

capacitações dentro do sistema gestor. A partir da implementação deste módulo deverá ser avaliada a possibilidade de geração dos relatórios gerenciais previstos ou então a utilização da ferramenta "Qlick View", disponibilizada para geração de relatórios gerenciais das informações registradas no sistema SCDP;

- Desenvolvimento de módulo no sistema gestor para solicitações de meios de cultura e animais de experimentação: esta demanda foi cancelada em função de outras ações terem sido consideradas prioritárias. Sua necessidade deverá ser reavaliada após a implementação do LIMS;
- Implantação de sistema para emissão de relatórios de ensaio com certificados eletrônicos: esta demanda deverá ser cancelada a partir da aquisição do sistema LIMS, que deverá possuir uma sistemática para emissão eletrônica de resultados, especialmente a partir da integração com o SISLAB;
- Registro eletrônico de entrada e saída de colaboradores e visitantes (pessoas e veículos): esta ação foi implementada a partir da instalação do sistema computacional atrelado à catraca e cancela eletrônicas;
- Aquisição de sistema informatizado para controle de documentos do Sistema de Gestão da Qualidade: esta ação está em implantação a partir da aquisição do sistema LIMS.

Cabe destacar o importante avanço no decorrer de 2016 da implantação do sistema LIMS no Lanagro-SP, cuja conclusão dar-se-á em 2017.

O valor médio mensal do contrato de prestação de serviços de TI que foi encerrado em novembro de 2016 era de R$ 40.000,00. O contrato vigente a partir de então será custeado com orçamento oriundo da CGTI.

g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

O Lanagro-SP encaminhou ofício à CGAL com vistas à CGTI solicitando aquisição ou oferecimento pela própria CGTI de sistemas atualmente demandados pelo Lanagro-SP nas áreas de compras e recursos humanos (Ofício Nº 1.703/2015).

De qualquer forma, o atual contrato prevê que todas as soluções desenvolvidas internamente sejam de "posse" do Lanagro-SP, não havendo possibilidade de restrições de uso futuro por questões de patentes ou acesso restrito a banco de dados.

Como exemplo, temos o tópico 1.4.3 do Termo de Referência para serviços continuados de solução técnica e analítica de sistemas da informação do Lanagro-SP onde consta: "Quando os prestadores de serviços forem transferidos, remanejados, promovidos ou demitidos, todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Lanagro-SP deverão ser revistos, modificados ou revogados de acordo."

Além deste, o Termo de Referência apresenta em seu tópico 2.1.1 a seguinte argumentação: "Todas as atividades laboratoriais prescindem da utilização de sistemas informatizados, de forma que a interrupção deste tipo de serviço inviabiliza completamente a execução de atividades de rotina, desde o recebimento de amostras até a execução de análises em equipamentos acoplados à rede e a emissão do resultado em sistema informatizado. Além disso, todas as atividades administrativas, tais como licitações, programação orçamentária e execução financeira, emissão de diárias e passagens aéreas, etc., demandam a utilização de sistemas informatizados e, consequentemente, a atuação contínua de técnicos especialistas na manutenção dos mesmos."

Outros tópicos do Termo de referência que merecem destaque por estarem relacionados:
2.2.2.3. "Manter as informações do Lanagro-SP, a que tem acesso, sob sigilo";
2.2.2.4. "Planejar previamente suas atividades";

2.2.2.5. “Propor soluções baseadas nas necessidades do Lanagro-SP e nas melhores práticas de mercado”;
2.2.2.7. “Documentar e manter atualizadas suas atividades”;
2.3.1.5. “Criação de uma base histórica dos tratamentos de incidentes e solicitações à área de TI do Lanagro-SP”;
2.3.1.6. “Redução dos riscos de interrupção dos serviços e paralisação de análise e perda de amostras”.
A situação ideal seria poder contar com analistas de sistemas concursados no quadro de pessoal do Lanagro-SP, porém não há perspectiva a curto prazo para atendimento deste pleito pelo MAPA.

4.3.1. Principais sistemas de informações

Segue descrição dos principais sistemas em uso no Lanagro-SP:

•Sistema GESTOR – sistema que abrange inúmeras funcionalidades, dentre as quais destacam-se: registro de amostras e emissão de resultados, registro e relatórios gerenciais de reuniões e treinamentos, cadastro de pessoal, registro e trânsito de memorandos internos, registro e controle de chamados para as áreas de TI, SGQ, CAMS, REC, RECj, SAG e SGP;

•Sistema Gerenciador de Trabalhos Não-Conformes e Oportunidade de Melhorias – registro de ações inerentes ao Sistema de Gestão da Qualidade conforme preconizado pela Norma ISO 17.025;

•Whoprog – usado pela Raiva para cálculo de potência de vacinas antirrábicas;

•Sistema ASI – patrimônio e almoxarifado;

•Pacote do Office – 2003 e 2013;

•Windows 7 e XP;

•Windows server 2003;

•Embarcadero Delphi XE5;

•Microsfot SQL server 2000 e 2008;

•Microsoft visual studio 2012

•VMware – virtualização;

•LABWARE LIMS – Solução para gerenciamento de laboratórios.

A unidade INF tem como prioridade manter todos estes sistemas em perfeito funcionamento e em consonância com as necessidades locais e objetivos estratégicos para que as operações do Lanagro-SP não sejam prejudicadas, sem contudo comprometer os critérios definidos pela CGTI no tocante à segurança das informações. Sendo assim, não há custo adicional para manutenção dos sistemas, além do já informado com relação ao contrato de prestação de serviços de TI.

Com relação à mitigação de riscos, cabe informar que os sistemas desenvolvidos internamente foram devidamente comunicados e avaliados pela CGTI.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

O Lanagro-SP não dispõe de um canal de acesso específico ao cidadão comum, uma vez que esta tarefa cabe ao SIC - Serviço de Informações ao Cidadão, bem como à Ouvidoria, ambos centralizados no MAPA, cujo acesso pode ser feito pelo endereço eletrônico www.agricultura.gov.br. O Lanagro-SP, no entanto, possui ferramenta atrelada ao Sistema de Gestão de Qualidade para recebimento de reclamações por parte dos clientes (POP SGQ/009).

O SIC possui dois interlocutores no Lanagro-SP, Márcia Oliveira Parreira e Fernando José Pires de Souza (titular e substituto, respectivamente) que respondem às demandas encaminhadas pelo órgão central quando o assunto diz respeito ao Lanagro-SP. As demandas da ouvidoria são encaminhadas à Coordenação, geralmente por meio da CGAL ou SFA/SP.

No ano de 2016 foram encaminhadas três demandas por intermédio da Ouvidoria do MAPA (Demandas N° 80.648, 80.650 e 80.676). Todas foram respondidas tempestivamente.

Quanto ao SIC, só foram obtidas as informação do período de janeiro até setembro de 2016 que somaram 8 demandas.Todas foram respondidas adequadamente e dentro do prazo estipulado, com tempo médio de resposta de 8 dias.

Informo que de outubro a dezembro/2016 não foi possível aferir devido a implantação do novo sistema, que ainda não está apto para tal relatório.

Houve, em 2016, o registro de apenas uma reclamação de origem externa no Sistema de Gestão da Qualidade do Lanagro-SP, a qual foi devidamente tratada. Este número foi bem menor que no período anterior, quando foram recebidas 16 reclamações.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não existe uma carta específica do Lanagro-SP, mas o MAPA publicou 21 cartas de serviços ao cidadão, dentre as quais uma que se refere aos laboratórios no contexto da defesa agropecuária. Esta carta está disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/cartas-de-servico/documentos/carta-de-servicos-ao-cidadao-defesa-agropecuaria-laboratorios.pdf.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Lanagro-SP realiza anualmente uma pesquisa de satisfação com os clientes. Os dados são compilados pelo SGQ e encaminhados para apreciação do Coordenador. Segue análise dos resultados da última pesquisa de satisfação com os clientes:

A pesquisa de satisfação de clientes realizada no ano de 2015 apresentou uma tendência de manutenção dos padrões de respostas quando comparada com as pesquisas anteriores. Assim como ocorreu na pesquisa anterior, a grande maioria dos itens avaliados continuou situada entre “excelente” e “bom”. Historicamente os quesitos “Competência técnica”, “Ética/Honestidade” e “Credibilidade nos resultados das análises” sempre foram os destaques positivos e, nesta última pesquisa, não foi diferente. Da mesma forma, o quesito “Rapidez no envio de resultados” continua sendo o destaque negativo, entretanto nota-se uma discreta melhora na avaliação deste quesito, o que pode ser reflexo das ações adotadas no sentido de conscientizar os usuários quanto ao tempo que se gasta na realização de cada tipo de ensaio. Houve um problema pontual nos quesitos “Eficiência no atendimento telefônico”, “Eficiência no atendimento na recepção de amostras” e “Atendimento a reclamações” onde um único cliente os avaliou como “péssimo”, porém não foi possível apurar os motivos e implementar ações porque este cliente não se identificou.

Com relação ao preenchimento do campo “opiniões, sugestões e reclamações”, destaca-se que a maioria dos registros diz respeito a necessidade de ampliação do escopo de ensaios realizados

pelo Lanagro-SP. Este assunto sempre é abordado nas reuniões com os clientes e encaminhado à CGAL, que determina quais são as demandas prioritárias. Assim, o Lanagro-SP vem paulatinamente ampliando seu escopo à medida em que novos métodos são validados, porém sempre esbarrando em limitações e dificuldades de ordem orçamentária, de disponibilidade de recursos humanos e de excesso de burocracia na aquisição de insumos e serviços.

O quantitativo de respostas obtidas nesta última pesquisa de satisfação foi quatro vezes maior que na pesquisa anterior, provavelmente em função das estratégias adotadas de incentivo aos clientes e de não deixar nenhuma avaliação sem resposta, sempre que houvesse a identificação do cliente.

De forma geral, o resultado altamente positivo indica um sólido e elevado grau de reconhecimento da qualidade das análises realizadas pelo Lanagro-SP por parte dos clientes.

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dos cidadãos usuários

O MAPA disponibiliza por meio do endereço eletrônico http://www.agricultura.gov.br/Portal/acesso-a-informacao/, links para que o cidadão tenha acesso a informações institucionais, incluindo a agenda das principais autoridades, além de dados sobre auditorias, relatórios de gestão, consultas públicas, Convênios, Termos e Acordos, Licitações e Contratos.

Não há um endereço eletrônico com informações específicas sobre a atuação do Lanagro-SP, mas todos os contratos encontram-se devidamente publicados no seguinte link: http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/lanagro-sp.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Lanagro-SP aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 segundo as orientações da CGC - Coordenadoria Geral de Contabilidade pelo Sistema SIAFI WEB no mnemônico – CONDESAUD.

Com relação à depreciação do imóvel, conforme orientação do CCONT em 31/12/2014, o lançamento é efetuado pelo sistema SPIUNET pelo Tesouro Nacional.

Tanto a depreciação, amortização e exaustão como a vida útil de bens móveis são calculadas automaticamente através do módulo de Gestão de Almoxarifado e Gestão de Patrimônio do sistema Linkdata – Plataforma ASI (Soluções Tecnológicas para Gestão Pública), onde são registradas todas as aquisições referentes aos ativos permanentes e de consumo não imediato, assim também como as baixas por consumo ou desgaste por uso. O relatório gerado é inserido mensalmente no sistema SIAFI através de Lançamento de Atualização Patrimonial (PA). As taxas aplicadas nos cálculos variam conforme o tipo e durabilidade do bem e são determinadas pelo Tesouro Nacional.

Quando o sistema acusa exaustão de um bem que se encontra em uso, a Unidade de Patrimônio e Almoxarifado do Lanagro-SP deve realizar uma reavaliação do valor do mesmo, com apoio de uma Comissão designada para esta finalidade. No entanto, esta sistemática ainda não pode ser adotada, pois aguarda-se disponibilização do módulo de reavaliação no sistema ASI.

O Lanagro-SP não adota estoque para bens móveis, apenas para consumíveis. Os procedimentos relacionados a controle de créditos, dívidas e investimentos, estão descritos na IT DAD 001/005 (Recebimento de insumos, equipamentos e material permanente).

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Lanagro-SP não possui uma sistemática própria para apuração de custos, sendo esta uma responsabilidade atribuída ao Grupo Executivo do Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal (criada por meio da Portaria/SE Nº 48, de 05/03/2013), subordinado à Secretaria-Executiva do MAPA. Os custos são apurados nas Secretarias, SFAs, INMET e CEPLAC. O sistema utilizado para a apuração é o SIC - Sistema de Informações de Custos, gerido pelo Governo Federal. A implantação ocorreu a partir do segundo semestre de 2014 e a sistemática adotada foi a apuração por Centros de Custos diretamente da execução no SIAFI. O acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes do Grupo Executivo.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Em termos específicos na área de execução orçamentária, financeira e patrimonial, temos servidores com a devida independência (que não executam pagamentos, empenhos ou homologações, obedecendo o Princípio da Segregação de Funções) designados para atuar no controle da Conformidade de Registros de Gestão. As restrições são emitidas pela CGC (Coordenadoria Geral de Contabilidade), que envia mensagens através do sistema SIAFI em relação ao período em que é efetuada a conformidade contábil. Assim, verifica-se no próprio sistema através da funcionalidade CONCONFCON (Consulta Conformidade Contábil) se há ou não restrição. Em caso afirmativo, verifica-se a não conformidade para posterior adequação, sendo que a restrição não é retirada do sistema.

De acordo com dados extraídos do sistema SIAFI, no ano de 2016, não foram identificadas restrições relativas à conformidade contábil, conforme extrato abaixo:

__ SIAFI2016-CONFORM-CONTABIL-CONCONFCON (CONSULTA CONFORMIDADE CONTABIL)_____
24/02/17 14:54 USUARIO : THIAGO
CONFORMIDADE CONTABIL DE UG
UNIDADE GESTORA: 130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
MES SITUACAO
JANEIRO SEM RESTRICAO
FEVEREIRO SEM RESTRICAO
MARCO SEM RESTRICAO
ABRIL SEM RESTRICAO
MAIO SEM RESTRICAO
JUNHO SEM RESTRICAO
JULHO SEM RESTRICAO
AGOSTO SEM RESTRICAO
SETEMBRO SEM RESTRICAO
OUTUBRO SEM RESTRICAO
NOVEMBRO SEM RESTRICAO
DEZEMBRO SEM RESTRICAO

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF12=RETORNA

As demonstrações contábeis extraídas do sistema SIAFI (Tesouro Nacional) são apresentadas no Anexo G.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em 2016 não houve qualquer publicação de Acórdão pelo TCU envolvendo o Lanagro-SP, e tampouco encaminhamento de determinações ou recomendações.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No período de 11 a 29/01/2016 o Lanagro-SP recebeu auditoria pela CGU (Auditoria N. 201505893). Em abril de 2016 foi encaminhada versão preliminar do relatório e somente em outubro de 2016 a versão definitiva. Após encaminhamento do Plano de Providências Permanente (PPP) pelo Lanagro-SP, a CGU encaminhou em dezembro de 2016 o Relatório de Acompanhamento das Recomendações, contendo ainda uma recomendação pendente da auditoria realizada em 2014 (Auditoria N. 201407138).

Dentre as ações relatadas como pendentes no relatório de gestão de 2015, foi considerada como solucionada no decorrer de 2016:

- Recomendação 128283: "Apresentar a proposta de aperfeiçoamento do sistema que registra o controle das amostras e emissão de resultados à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, para que avalie o alinhamento com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MAPA e quais os eventuais impactos dessa iniciativa local sobre a consolidação de indicadores por parte do Ministério." Foram realizadas reuniões presenciais com representantes da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do MAPA nos dias 11 e 12/05/2015 com o propósito de apresentar o sistema desenvolvido no âmbito do Lanagro-SP para registro de amostras e emissão de resultados. Os técnicos da CGTI/MAPA solicitaram complementação de informações, o que foi feito através do encaminhamento do Ofício Lanagro-SP Nº 1440/2015, de 18/05/2015. Após o recebimento deste documento a CGTI/MAPA requisitou acesso remoto ao sistema para avaliação dos parâmetros questionados durante a auditoria da CGU e formalizou novos questionamentos, os quais foram respondidos por meio do Ofício Nº 168/2016. As respostas foram consideradas satisfatórias, uma vez que a Unidade de Tecnologia da Informação (INF) do Lanagro-SP providenciou as adequações no sistema informatizado utilizado para registro de amostras e emissão de resultados. De qualquer forma, cabe destacar que em dezembro de 2015 foi adquirido um sistema LIMS pelos Lanagros SP, RS, GO, PE e PA (o Lanagro-MG já possui um sistema similar implementado), o qual deverá substituir o atual sistema utilizado pelo Lanagro-SP para registro de amostras e emissão de resultados de análises. O sistema LIMS encontra-se em fase final de implementação.

Dentre as ações relatadas como pendentes no relatório de gestão de 2015, continua pendente:

- Recomendação 128289: "Regularizar o registro da área onde está situada a Unidade principal do LANAGRO-SP, assim como da área cedida para construção de avenida no perímetro do Laboratório". Foram realizadas reuniões com o oficial do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Campinas nos dias 12/02/2015 e 07/05/2015. Nestas ocasiões foram discutidas alternativas para solucionar os entraves jurídicos para o registro. Uma das possibilidades aventadas foi fazer uso do expediente "Uso Capião Administrativo", com base na Lei Nº 5.972/1973, o que demanda a publicação de Portaria pelo MPOG discriminando o imóvel, conforme Decreto Nº 7.371/2010. De posse destas informações foi agendada reunião com a Superintendente do Patrimônio da União no Estado de São Paulo para o dia 02/06/2015. Nesta

reunião a SPU-SP concordou em dar prosseguimento ao processo conforme sugerido pelo oficial do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Assim sendo o Lanagro-SP formalizou o pedido através do Ofício Nº 1757/2015. Após recebimento deste documento, a SPU-SP abriu o processo Nº 049772033042015-35 através do qual solicitou ao MPOG a publicação da Portaria descriminando o imóvel. A Unidade Central da SPU, no entanto, solicitou documentos complementares, incluindo relatório de vistoria no imóvel. Tal vistoria foi realizada por engenheiro enviado pela SPU/SP no dia 08/04/2016, porém houve necessidade do Lanagro-SP complementar o laudo da vistoria com a apresentação das plantas atualizadas de todas as áreas construídas, o que foi feito em julho/2016. Após novas tratativas junto à SPU/SP solicitando dar agilidade ao processo, o Lanagro-SP foi comunicado da necessidade de preenchimento de um novo requerimento para ser juntado aos autos. O mesmo foi devidamente encaminhado em 16/11/2016. O processo finalmente foi devolvido à Coordenação de Regularização e Registro Cartorial/CGIPA-SPU/DECIP-SPU/SPU/MPOG em dezembro/2016. Em 24/02/2017 foi Publicada a Portaria n. 23 pela SPU/MPOG discriminando o imóvel do Lanagro-SP. Com isso será possível protocolar solicitação do registro junto ao Cartório competente.

Além da Recomendação 128289 pendente da Auditoria N. 201407138, segue abaixo as Recomendações da Auditoria N. 201505893, que deverão ser tratadas no início de 2017:

- Recomendação 165902: "Promover o treinamento dos servidores responsáveis pela área de licitações e contratos a fim de capacitá-los para a correta e adequada condução e acompanhamento das contratações no âmbito do Lanagro/SP."
- Recomendação 165916: "Aprimorar os controles internos administrativos da Unidade, visando o acompanhamento de prazos dos contratos em vigor, de forma que a vigência não se esgote até a entrega definitiva do objeto contratual."
- Recomendação 165909: "Apurar responsabilidade quanto à aquisição e aceite de refrigerador com valor superior a produto idêntico adquirido no mesmo certame, com vistas à recuperação do prejuízo apontado."
- Recomendação 165903: "Aprimorar os controles internos da Unidade, promovendo o treinamento e qualificação dos servidores envolvidos nos processos de contratação da Unidade."
- Recomendação 165904: "Aprimorar os controles internos da Unidade, implementando mecanismos de controle, como exemplo um check list, na área responsável pelas contratações, de modo a evitar a formalização de contratos em desacordo com edital."
- Recomendação 165905: "Dar prosseguimento ao processo de penalização da empresa, conferindo a celeridade necessária e observando sempre as Leis e Princípios que regem o processo administrativo, promovendo eventual responsabilização do agente que, porventura, deixar de praticar ato ou obstruir de qualquer forma o andamento do processo sem a devida justificativa."
- Recomendação 165906: "Promover a imediata devolução dos produtos rejeitados, determinando à empresa a entrega dos bens em conformidade com a descrição contida no contrato firmado. No caso de permanência da morosidade na solução, instaurar procedimento para apurar responsabilidades ante a ausência de providências para sanar o problema."
- Recomendação 165907: "Implementar mecanismos de controle a exemplo de sistemas, check-list etc., com vistas a aprimorar os controles internos administrativos relacionados aos processos de contratação da Unidade."

- Recomendação 165899: “Comprovar que as alterações no projeto inicial ocorreram por fatos supervenientes e imprevisíveis, caso isso não seja possível, apurar responsabilidade de quem deu causa à elaboração e aprovação de projeto básico insuficiente para a adequada caracterização da obra.”
- Recomendação 165915: “Implementar melhorias nos controles internos administrativos, em especial quanto ao planejamento das contratações no âmbito da Unidade, de forma a evitar a deterioração de bens devido a não utilização.”
- Recomendação 165914: “Apurar responsabilidades sobre a aceitação dos equipamentos em desacordo com o edital e contrato, violando os artigos 3° e 66 da Lei de Licitações e 5° do Decreto nº 5.450/2005, bem como sobre eventual conduta negligente de não iniciar o processo de penalização da empresa, devido ao atraso na entrega dos equipamentos contratados.”
- Recomendação 165920: “Proceder a revisão dos registros patrimoniais da Unidade.”
- Recomendação 165924: “Elaborar, durante a fase de planejamento do processo de contratação de serviços de engenharia, de obras e de aquisição de equipamentos, cronograma de execução dos serviços e de instalação dos bens, adequando as etapas de contratação ao referido cronograma.”
- Recomendação 165894: “Aprimorar os controles internos, estabelecendo como etapa preliminar ao início de uma obra no Lanagro/SP a aprovação do projeto básico e executivo por área técnica competente, evitando assim atrasos para correção de projetos, e, caso os atrasos na obra sejam de responsabilidade da empresa, promova sua penalização, conforme determina o respectivo contrato.”
- Recomendação 165892: “Apurar o valor dos serviços prestados pelas empresas que não possuíam amparo contratual, de modo a quantificar a totalidade das alterações realizadas sem a celebração de termo aditivo.”
- Recomendação 165917: “Caso seja identificado que o valor pago às empresas foi superior aos serviços efetivamente prestados, promover junto às contratadas a restituição dos valores pagos indevidamente, efetuando, se for o caso, a glosa dos valores a serem repassados à empresa.”
- Recomendação 165918: “Aprimorar os controles no que se refere às medições e fiscalizações, formalizando, por meio de termos aditivos, quando houver a necessidade de alteração nos quantitativos contratados.”
- Recomendação 165895: “Implementar melhorias nos controles internos da Unidade de forma a evitar que as condições editalícias sejam alteradas, bem como, abstenha-se de realizar pagamentos de forma antecipada.”
- Recomendação 165919: “Verificar se a garantia adicional apresentada pela empresa será suficiente para assegurar a instalação e funcionamento dos equipamentos, procedendo a tratativas no sentido de extensão do prazo até conclusão total da obra.”
- Recomendação 165913: “Apurar responsabilidade de quem deu causa à aquisição de bens sem condições adequadas de instalação, o que resultou em pagamentos efetuados de forma indevida e riscos de desgastes e obsolescência dos equipamentos.”
- Recomendação 165923: “Promover melhorias nos controles internos da Unidade, de forma a evitar pagamentos em desacordo com a previsão contratual.”
- Recomendação 165896: “Recomendamos ao gestor que calcule o valor total pago indevidamente e o deduza da próxima medição da empresa Squadro tais valores, que importam em pelo menos R$ 294.170,73.”
- Recomendação 165897: “Recomendamos ao gestor que oriente e capacite a equipe de contratação do Lanagro/SP para que passe a adotar BDI diferenciado para equipamentos,

tendo em vista a não incidência de diversos custos indiretos comumente detalhados em um BDI apresentado para obras e serviços de engenharia."

- Recomendação 165898: "Recomendamos ao gestor que exija das empresas o detalhamento do BDI junto das propostas de alteração dos contratos iniciais."
- Recomendação 165922: "Apurar responsabilidade quanto à autorização do recebimento do equipamento em desacordo com o contratado e previsto no Edital, e o prosseguimento da licitação mesmo com a ciência de que os valores estavam superestimados, tendo em vista tratarem de freezer específicos para uso laboratorial, embora não houvesse essa exigência."
- Recomendação 165912: "Nomear os respectivos fiscais nos contratos firmados na Unidade, em observância ao disposto no artigo 67 da Lei de Licitações."
- Recomendação 165909: "Implementar melhorias nos controles internos, em especial quanto aos procedimentos preliminares às contratações, de forma que requisições com o mesmo objeto sejam reunidas em um único item do certame licitatório, visando, inclusive, o ganho de escala."
- Recomendação 165911: "Implementar melhorias no planejamento das contratações da Unidade, contemplando, desde o início dos processos, documento da área requisitante com a justificativa da necessidade e da quantidade a ser adquirida."
- Recomendação 165893: "Recomendamos que o gestor passe a elaborar os projetos básicos e executivos de forma detalhada e adequada nas licitações de obras da Unidade, abstendo-se de utilizar especificações genéricas para os itens que compõem a planilha orçamentária; e sempre que possível, utilizando-se da referência do SINAPI em seus orçamentos de obras."
- Recomendação 165900: "Recomendamos ao gestor que adote providências no sentido de capacitar e manter atualizado o conhecimento dos servidores responsáveis pela condução dos processos licitatórios da unidade, fortalecendo os controles internos da Unidade de forma a evitar que a Comissão de Licitação proceda julgamento de forma inadequada, com interpretação excessivamente restritiva do edital, a exemplo do caso ora analisado."
- Recomendação 165901: "Promova, mediante acordo formal com o Contratado, os ajustes no critério de medição e pagamento do item administração local da obra, de modo que os pagamentos sejam proporcionais à execução dos serviços, conforme é o entendimento do TCU sobre o assunto."
- Recomendação 165908: "Implementar melhorias nas pesquisas de preço realizadas no âmbito do Lanagro/SP, adotando os ditames da Cartilha de Pesquisa de Preços instituída pelo MAPA, os regramentos da IN SLTI/MPOG nº 05/2014, além das orientações do Tribunal de Contas da União, de modo a evitar a discrepância entre o valor orçado (de referência) e o praticado no mercado, bem como as outras falhas relatadas no item."
- Recomendação 165921: "Utilizar fontes variadas para formação do preço de referência dos processos licitatórios, a exemplo dos valores praticados por outros órgãos da administração pública, sítios eletrônicos especializados, além de portais e páginas oficiais de referenciamento de custos."

O acompanhamento de todas as recomendações do órgão interno é realizado diretamente pela Coordenação do Lanagro-SP.

7.3 Medidas administrativas adotadas em caso de dano ao erário

No exercício de 2016 não houve qualquer caso comprovado de danos, objeto de medidas internas administrativas adotadas pelo Lanagro-SP. Existem situações em análise, objetos de instauração de processos de sindicância investigativa, porém não concluídas até o presente momento.

De uma forma geral, o tratamento dos ilícitos administrativos, incluindo os que envolvem danos ao erário, é realizado por meio de instauração de sindicâncias investigativas. Dependendo do julgamento destes processos, o caso é arquivado ou evolui para abertura de processos disciplinares, quando pertinente.

Como providências adotadas pelo órgão para prevenir a ocorrência de ilícitos administrativos que venham a ocasionar danos ao erário, podemos destacar: contrato de vigilância ostensiva; procedimento definido para autorização e controle de retirada de equipamentos com Registro Patrimonial; instalação de cancela eletrônica para controle de entrada e saída de veículos; instalação de catraca eletrônica para controle de entrada e saída de colaboradores e visitantes; execução de obra de ampliação do estacionamento, a fim de prevenir a entrada desnecessária de veículos de colaboradores e visitantes nas dependências internas do Lanagro-SP. Cabe destacar ainda que todas as dependências do Lanagro-SP são dotadas de portas de acesso, que são mantidas trancadas com chave em horários fora do expediente, sendo que as chaves são mantidas na Portaria em poder da equipe de vigilância ostensiva. Encontra-se em andamento elaboração de Termo de Referência para contratação do serviço de vigilância eletrônica, incluindo a instalação de sistema CFTV, sensores de presença, central de monitoramento etc.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no artigo 5o da Lei 8.666/1993

Os procedimentos relativos à liberação das notas fiscais para pagamento estão descritos na IT DAD/001 - Recebimento de insumos, equipamentos e material permanente e na IT DAD/011 - Acompanhamento pós compra e IT SEC/003 – Pós-Compras (no caso do ateste de serviços). De qualquer forma, os pagamentos são liberados pelo Tesouro Nacional apenas após o lançamento das notas no sistema SIAFI. Sendo assim, o controle relativo ao cumprimento dos prazos foge à competência do Lanagro-SP. No entanto, ao longo do exercício de 2016, não houveram ocorrências de atrasos gerados em função de liberação de recurso financeiro pelo Tesouro Nacional.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O quadro 7.5.1, a seguir, descreve as empresas afetadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, e que tiveram alguma alteração de status no âmbito dos contratos firmados com o Lanagro-SP no decorrer do ano de 2016.

Quadro 7.5.1 - Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012

Unidade Contratante	Modalidade de licitação	Nº contrato	Empresa	CNPJ	Objeto	Vigência	Obs
LANAGRO-SP	Pregão Eletrônico nº 17/2013	78/2013	M Service Ltda.	02.948.998/0001-86	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de operação, manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, bem como realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais, com execução indireta mediante o regime de empreitada por preço global, para atender de forma contínua, a necessidade das Unidades do Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro/SP	25/11/2013 a 24/11/2017	A empresa gozava do benefício quando sagrou-se vencedora do processo licitatório. No entanto, a Lei nº 13.161/2015 publicada em 31 de agosto de 2015 alterou a Lei nº 12.546/2011 na qual as empresas do setor de construção civil, cujo CNAE enquadra-se nos grupos 412, 432, 433 e 439, que contribuíam com 2,0% passaram a contribuir com 4,5% a partir de 01 de dezembro de 2015. A Contratada apresentou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o qual teve aprovação da CJU-SP, sendo registrado através do Quinto Termo Aditivo. As diferenças foram apuradas e pagas através de notas fiscais emitidas em Setembro/2016.
LANAGRO-SP	Pregão Eletrônico nº 56/2014	71/2015	Beltis Comércio e prestação de Serviços em Informática	09.116.592/0001-86	Contratação de prestação de serviços de apoio administrativo no Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO/SP, de forma indireta e contínua, com vistas a prover suporte aos serviços executados pelas unidades da Instituição.	26/02/2015 a 25/02/2017	A empresa ganhou a licitação com o benefício. No entanto, a Lei nº 13.161/2015 publicada em 31 de agosto de 2015 alterou a Lei nº 12.546/2011 e a empresa passará a contribuir com 4,5% a partir de 01 de dezembro de 2015 e não mais 2,0%. A Contratada apresentou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o qual teve aprovação da CJU-SP, sendo registrado através do Terceiro Termo Aditivo. As diferenças foram apuradas e pagas através de notas fiscais emitidas em Setembro/2016.

Fonte: SGC/DAD/Lanagro-SP

Anexo G. Demonstrações Contábeis

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	**Despesas Orçamentárias**	**32.371.421,70**	**33.434.831,72**
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	**30.880.699,44**	**28.719.701,64**
Vinculadas	-	-	**Vinculadas**	**1.490.722,26**	**4.715.130,08**
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.490.722,26	4.715.130,08
Transferências Financeiras Recebidas	**40.217.424,75**	**39.969.839,12**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**409.606,77**	**178,50**
Resultantes da Execução Orçamentária	16.095.385,85	15.276.318,23	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	16.095.385,85	15.276.318,23	Independentes da Execução Orçamentária	409.606,77	178,50
Independentes da Execução Orçamentária	24.122.038,90	24.693.520,89	Movimento de Saldos Patrimoniais	409.606,77	178,50
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	24.116.899,64	24.693.432,44	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.139,26	88,45	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	**12.660.963,94**	**15.071.013,10**	**Despesas Extraorçamentárias**	**19.837.876,13**	**21.721.765,62**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	384.476,33	638.089,18	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	793.742,90	151.082,80
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.866.215,25	14.431.775,22	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19.044.133,23	21.570.682,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	410.272,36	1.148,70	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	665,59	970,20			
Arrecadação de Outra Unidade	409.606,77	178,50			
Saldo do Exercício Anterior	**39.624,48**	**155.548,10**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**299.108,57**	**39.624,48**
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.624,48	155.548,10	Caixa e Equivalentes de Caixa	299.108,57	39.624,48
TOTAL	**52.918.013,17**	**55.196.400,32**	**TOTAL**	**52.918.013,17**	**55.196.400,32**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	**32.371.421,70**	**20.505.206,45**	**20.120.730,12**	**-32.371.421,70**
TOTAL	-	-	**32.371.421,70**	**20.505.206,45**	**20.120.730,12**	**-32.371.421,70**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**1.543.428,53**	**13.886.483,37**	**10.533.886,15**	**10.533.886,15**	**1.489.922,61**	**3.406.103,14**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**1.543.428,53**	**13.886.483,37**	**10.533.886,15**	**10.533.886,15**	**1.489.922,61**	**3.406.103,14**
DESPESAS DE CAPITAL	**15.909.395,83**	**545.291,85**	**8.510.247,08**	**8.510.247,08**	**80.265,95**	**7.864.174,65**
Investimentos	**15.909.395,83**	**545.291,85**	**8.510.247,08**	**8.510.247,08**	**80.265,95**	**7.864.174,65**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**17.452.824,36**	**14.431.775,22**	**19.044.133,23**	**19.044.133,23**	**1.570.188,56**	**11.270.277,79**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	**653.828,18**	**570.799,06**	-	**83.029,12**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	**653.828,18**	**570.799,06**	-	**83.029,12**
DESPESAS DE CAPITAL	-	**222.943,84**	**222.943,84**	-	-
Investimentos	-	**222.943,84**	**222.943,84**	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	**876.772,02**	**793.742,90**	-	**83.029,12**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			**32.371.421,70**	**32.371.421,70**
TOTAL	-	-	**32.371.421,70**	**32.371.421,70**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	**28.201.783,50**	**20.242.396,00**	**19.857.919,67**	**-28.201.783,50**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	**28.201.783,50**	**20.242.396,00**	**19.857.919,67**	**-28.201.783,50**
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	**4.169.638,20**	**262.810,45**	**262.810,45**	**-4.169.638,20**
Investimentos	-	-	**4.169.638,20**	**262.810,45**	**262.810,45**	**-4.169.638,20**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	**32.371.421,70**	**20.505.206,45**	**20.120.730,12**	**-32.371.421,70**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**62.566.945,29**	**55.998.624,53**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**62.566.945,29**	**55.998.624,53**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	**299.108,57**	**39.624,48**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**23.606.732,78**	**32.763.440,30**
ATIVO PERMANENTE	**62.267.836,72**	**55.959.000,05**	**PASSIVO PERMANENTE**	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	**38.960.212,51**	**23.235.184,23**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**3.224.010,65**	**3.332.401,30**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**31.066.740,87**	**38.287.361,15**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.224.010,65	3.332.401,30	Execução dos Atos Potenciais Passivos	31.066.740,87	38.287.361,15
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.224.010,65	3.332.401,30	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	31.066.740,87	38.287.361,15
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**3.224.010,65**	**3.332.401,30**	**TOTAL**	**31.066.740,87**	**38.287.361,15**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	**2.865.994,62**	**2.532.725,92**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**470.239,74**	**878.840,72**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**299.108,57**	**39.624,48**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	**103.270,26**	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**467.505,45**	**876.772,02**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Estoques	**2.566.886,05**	**2.389.831,18**	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	**Provisões de Curto Prazo**	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	**2.734,29**	**2.068,70**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**59.700.950,67**	**53.465.898,61**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**103.270,26**	-	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	103.270,26		**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Investimentos	-	-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Provisões de Longo Prazo**	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Resultado Diferido**	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**470.239,74**	**878.840,72**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-		**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-		**Reservas de Capital**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
Imobilizado	**59.439.680,41**	**53.465.898,61**	**Reservas de Lucros**	-	-
Bens Móveis	28.377.150,37	30.514.396,51	**Demais Reservas**	-	-
Bens Móveis	31.606.731,50	32.836.157,66	**Resultados Acumulados**	**62.096.705,55**	**55.119.783,81**
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-3.229.581,13	-2.321.761,15	Resultado do Exercício	6.976.814,81	10.610.917,99
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	55.119.783,81	42.374.385,89
Bens Imóveis	31.062.530,04	22.951.502,10	Ajustes de Exercícios Anteriores	100,93	2.134.479,93
Bens Imóveis	31.069.010,65	22.951.646,70	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-6.480,61	-144,60	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**62.096.705,55**	**55.119.783,81**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**158.000,00**	-			
Softwares	158.000,00	-			
Softwares	158.000,00	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**9.255.485,46**	**13.768.669,19**
INGRESSOS	**40.627.031,52**	**39.970.017,62**
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**40.627.031,52**	**39.970.017,62**
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	40.217.424,75	39.969.839,12
Arrecadação de Outra Unidade	409.606,77	178,50
DESEMBOLSOS	**-31.371.546,06**	**-26.201.348,43**
Pessoal e Demais Despesas	**-30.510.904,99**	**-25.224.070,58**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-30.511.570,58	-25.225.040,78
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	665,59	970,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-451.034,30**	**-977.099,35**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-451.034,30	-977.099,35
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-409.606,77**	**-178,50**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-409.606,77	-178,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-8.996.001,37**	**-13.884.592,81**
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	**-8.996.001,37**	**-13.884.592,81**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-8.838.001,37**	**-13.884.592,81**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	**-158.000,00**	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**259.484,09**	**-115.923,62**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**39.624,48**	**155.548,10**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**299.108,57**	**39.624,48**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**40.628.189,92**	**40.427.343,91**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**40.218.583,15**	**39.998.925,12**
Transferências Intragovernamentais	40.217.424,75	39.969.839,12
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.158,40	29.086,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	**428.240,29**
Reavaliação de Ativos	-	422.075,89
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	2.798,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	3.366,40
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**409.606,77**	**178,50**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	409.606,77	178,50
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**33.651.375,11**	**29.816.425,92**
Pessoal e Encargos	**1.808,50**	**1.203,35**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	1.808,50	1.203,35
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**31.502.864,96**	**27.674.980,50**
Uso de Material de Consumo	3.604.338,02	5.692.154,84
Serviços	26.984.264,02	21.142.801,28
Depreciação, Amortização e Exaustão	914.262,92	840.024,38
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**2.137.884,91**	**3.478,84**
Transferências Intragovernamentais	409.606,77	178,50
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.728.278,14	3.300,34
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	**2.132.344,30**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	96.282,20
Desincorporação de Ativos	-	2.036.062,10

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

EMISSAO	PAGINA
13/03/2017	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	**6.236,22**	**4.251,33**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.704,48	4.251,33
Contribuições	1.531,74	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**2.580,52**	**167,60**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.580,52	167,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**6.976.814,81**	**10.610.917,99**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015